



**Universidade de
Aveiro
2016**

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do
Território

**Alexandre Ornay
Pinto**

**O Papel da Sociedade Civil Portuguesa no processo
de Libertação de Timor-Leste: dinâmicas e impactos
do envolvimento**



**Alexandre Ornay
Pinto**

**O Papel da Sociedade Civil Portuguesa no processo
de Libertação de Timor-Leste: dinâmicas e impactos
do envolvimento**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Luís Filipe de Oliveira Mota, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

o júri

Presidente

Doutor Varqa Carlos Jalali

Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Vogais

Vogal- Arguente Principal

Doutora Betina da Silva Lopes

Investigadora de Pós-Doutoramento do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Vogal- Orientador

Doutor Luís Filipe de Oliveira Mota

Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Ao meu orientador, o meu sincero agradecimento pela ajuda, disponibilidade, prontidão e motivação mostrada ao longo da elaboração desta tese.

À UNITAL (Universidade Oriental de Timor Lorosaé), agradeço pela oportunidade que me foi dada para fazer o mestrado na UA.

Aos Entrevistados, agradeço pela simpatia e disponibilidade em aceitar serem entrevistados apesar das suas ocupações.

Ao senhor Ângelo Ferreira, ao Engenheiro Miguel Oliveira e à Professora Clara Magalhães, agradeço por toda a ajuda disponibilizada ao longo do meu percurso académico na UA.

Aos meus amigos e conterrâneos timorenses, agradeço pela companhia e convívio.

Por último, agradeço à minha família, especialmente à Teresa e à Henriqueta, por terem dado sentido a todo o tempo despendido e esforço dedicado para a minha formação em Portugal.

A todos, o meu muito obrigado.

palavras-chave

Timor-Leste; Organizações da Sociedade Civil; advocacy; Portugal

resumo

O processo de libertação e independência de Timor, que decorreu entre 1975 e 2002, teve três frentes de batalha, entre as quais a diplomacia. Esta importante frente de batalha foi desempenhada, em grande medida, por Estados amigos de Timor, mas sobretudo pela sociedade civil desses países. Como alguns estudos referem, a sociedade civil portuguesa destaca-se neste âmbito.

Diversas organizações da sociedade civil portuguesa destacaram-se, com efeito, em tarefas de defesa e promoção (*advocacy*) da causa Timorense. Esta mobilização, que fase final do processo de libertação de Timor atingiu uma dimensão incomum, contrasta, portanto, com a tradicional reduzida mobilização de organizações da sociedade civil portuguesa para funções expressivas nas últimas décadas.

A presente dissertação procura debruçar-se em evidenciar os fatores determinantes para esse envolvimento; o desenvolvimento dessa mobilização; as restrições e os impactos alcançados por essa mobilização.

Para tal, foram aplicadas e analisadas entrevistas com representantes de oito organizações de diversas tipologias que se envolveram na causa da libertação e Timor.

As principais conclusões apontam para o facto de esta grande mobilização só ter ocorrido nos últimos anos de luta, tendo havido apenas um conjunto muito reduzido de organizações que participaram na luta desde o início. No lote destas organizações temos organizações com dedicação exclusiva à causa e outras sem dedicação exclusiva, bem como organizações criadas por resistentes timorenses que se refugiaram em Portugal. A atuação destas organizações era diversa mas tinha como principais motivações apelar à sensibilização e mobilização da sociedade civil portuguesa, sobretudo quando o tema era largamente ignorado ou menosprezado na sociedade portuguesa, bem como apelar ao Estado português para que assumisse as suas obrigações enquanto potência administrante e denunciasse a situação perante a ONU.

Estes objetivos foram concretizados através de diversas atividades, que contaram com diferentes parceiros nacionais e internacionais, não obstante a ocorrência de algumas dificuldades.

Foi possível concluir, por fim, que as razões para esta mobilização incomum foram o facto de Timor ser uma antiga colónia portuguesa e haver alguma partilha de identidade na língua, religião e maneira de ser, bem como alguma identificação com a resistência timorense e com o projeto para Timor após a independência.

keywords

East Timor; Civil Society Organizations; advocacy; Portugal

abstract

The process of liberation and Independence from East Timor, which lasted between 1975 and 2002, had three battle fields, among which diplomacy. This important battle was fought by States which are friends of Timor, but mostly by their national civil societies. As some studies mention, the Portuguese civil society is an outstanding example.

Several civil society organizations have indeed stood out on playing advocacy tasks in favor of Timor cause. This mobilization, which had an uncommon dimension during the last period of Timor liberation, is therefore in contrast with the traditional reduced mobilization for expressive tasks from Portuguese civil society organization for the past decades.

This dissertation aims to focus on the determinant factors for this kind of involvement, on how this mobilization was built, as well as on its restrictions and impacts.

To do so, we launched and analyzed interviews on representatives from eight organizations with different typologies which were involved on Timor cause.

The main conclusions point to the fact that this massive mobilization only took place during the last few years of fight, while only a reduced number of organizations were involved since the beginning. This set of organizations include organizations which were exclusively dedicated to the cause and other which did not, as well as organizations which were created by Timorese citizens who were refugees in Portugal. While diverse, the main motivations from these organizations were to raise awareness and mobilize the Portuguese civil society, mainly while the topic was largely unknown or undervalued, as well as to appeal to the Portuguese State to undertake its responsibilities as administering power and to report the situation before the UN.

These goals were achieved through several activities and counting with the support of several national and international partners, notwithstanding some difficulties.

It was possible to conclude that the main reasons for this uncommon mobilization were the fact that Timor was a former Portuguese colony and the sharing of language, religious and temperament identity, as well as some identification with the Timorese resistant forces and with the project for Timor after the independence.

Índice Geral

1. Introdução	3
2. Enquadramento teórico.....	7
2.1. <i>Organizações da Sociedade Civil e suas funções</i>	7
2.2. <i>O desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil portuguesa</i>	12
2.3. <i>Processo da libertação e independência de Timor-Leste.....</i>	14
2.4. <i>Apoio da Sociedade Civil Internacional à causa de Timor-Leste.....</i>	19
3. Estratégia Metodológica.....	23
3.1. <i>Processo da recolha de dados.....</i>	25
3.2. <i>Processo de Análise de Dados.....</i>	27
3.3. <i>Limitações da Investigação.....</i>	28
4. Apresentação e Discussão de Resultados	29
4.1. <i>História do envolvimento das Organizações da Sociedade Civil portuguesa na causa de Timor-Leste</i>	29
4.2. <i>Os fatores que despertaram a Sociedade Civil portuguesa para a causa de Timor-Leste. .</i>	31
4.3. <i>As razões que despoletaram a mobilização da Sociedade Civil portuguesa para a causa timorense.....</i>	33
4.4. <i>As atividades desenvolvidas e os recursos envolvidos pela Sociedade Civil portuguesa para a questão de timorense.....</i>	36
4.5. <i>Os recursos envolvidos pela Sociedade Civil portuguesa no apoio à causa de Timor-Leste</i>	41
4.6. <i>Os objetivos das atividades desenvolvidas pela Sociedade Civil para a causa de Timor....</i>	42
4.7. <i>Os parceiros nacionais e internacionais no desenvolvimento das atividades promovidas pela Sociedade Civil portuguesa.....</i>	47
4. 8. <i>Os impactos das ações desenvolvidas pela Sociedade Civil Portuguesa a causa de Timor.</i>	51
4.9. <i>As dificuldades no desenvolvimento das atividades pela causa de Timor-Leste</i>	59
4.10. <i>Principais características distintivas na mobilização da Sociedade Civil Portuguesa para a causa Timorense</i>	65
5. Notas Conclusivas.....	71
Bibliografia.....	75
Anexos.....	79

1. Introdução

O processo de libertação do povo timorense contra a invasão e a ocupação da Indonésia, que teve início em 1975 e se prolongou até a independência de Timor-Leste, em 2002, só foi possível através de três frentes de luta – a guerrilha, a clandestinidade e a diplomacia (Braithwait, Charlesworth, e Soares, 2012; Webster, 2003). A última destas frentes de luta foi desenvolvida através do auxílio prestados, não apenas por Estados amigos, mas também por organizações da sociedade civil desses países, de entre as quais a sociedade civil portuguesa.

De acordo com diversos autores (Lima e Nunes, 2004; Pureza, 2001; Teotónio, 2004), a mobilização da Sociedade Civil Portuguesa foi fundamental, por um lado, para alertar a opinião pública portuguesa e do mundo sobre a questão de Timor e, por outro lado, para insistir junto do Estado Português para assumir as responsabilidades enquanto potência administrante, por forma a que a comunidade internacional, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU) não legitimasse a ocupação da Indonésia.

Considerando que a Sociedade Civil Portuguesa é conhecida por ser pouca mobilizada para assuntos sociais e políticos nas últimas décadas, a sua mobilização para a causa de Timor afirmou-se como um caso paradigmático, já que nunca se tinha verificado uma mobilização tão generalizada entre todos os setores da sociedade portuguesa nem antes, nem depois, do caso de Timor. Muito embora esta mobilização singular já tenha sido estudada em algumas ocasiões (Aureliano, 2004; Cardoso e Neto, 2004; Lima e Nunes, 2004), não existe ainda um estudo pormenorizado quanto às dinâmicas e resultados desse envolvimento, nem mesmo tentando identificar as razões para tal singularidade.

O objetivo deste trabalho é, assim, compreender melhor todo o processo de mobilização, nomeadamente se a mesma ocorreu de forma mais espontânea e/ou organizada, e quais os fatores que a influenciaram, positiva e negativamente, este processo.

Para além das motivações acima descritas decorrentes da pertinência e reduzida exploração do tema, a escolha do mesmo resulta também de motivações pessoais. Desde logo, porque o autor deste trabalho é cidadão timorense e, por isso, pretende aprofundar o conhecimento sobre a resistência timorense na diáspora, sobretudo o envolvimento dos grupos de solidariedade internacional, e mais especificamente a mobilização da Sociedade Civil Portuguesa para a causa de Timor. De igual modo, a escolha deste tema decorre de o autor deste trabalho se encontrar a estudar em Portugal, o que tem proporcionado cruzar-

se com pessoas que estiveram envolvidas nessa mobilização, o que motivou o interesse em compreender melhor as razões por detrás do seu envolvimento na causa Timorense.

Face a este cenário, o objetivo geral para esta investigação é conhecer com maior detalhe o processo de envolvimento da Sociedade Civil Portuguesa na causa de libertação e de independência de Timor-Leste. A este propósito, importa sublinhar que não é o objetivo deste trabalho medir se o papel da Sociedade Civil Portuguesa foi, ou não, determinante para a vitória da resistência timorense na luta pela sua autodeterminação, mas sim fazer uma análise detalhada sobre as ações desenvolvidas por diferentes organizações que se envolveram politicamente na causa de Timor-Leste, quer sejam as que se dedicavam à causa em exclusividade, quer as que vieram a assumir o problema de Timor também como uma prioridade sua.

Para tal, pretende-se concretizar um conjunto de objetivos mais operacionais. Em primeiro lugar, pretende-se caracterizar as organizações da Sociedade Civil Portuguesa que se mobilizaram para a causa de Timor e definir a tipologia de atuação de cada uma delas. Em segundo lugar, procura-se especificar as motivações do envolvimento dessas organizações, nomeadamente percebendo o modo como a Sociedade Civil Portuguesa se envolveu na causa timorense, nomeadamente se essa mobilização foi espontânea ou se foi o resultado de um trabalho sistemático desenvolvido por algumas organizações, que se envolveram quando a questão de Timor ainda era desconhecido pela opinião pública portuguesa. Para além destes objetivos, procura-se ainda identificar as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados pela Sociedade Civil Portuguesa para o processo de libertação e da independência de Timor-Leste. Por fim, pretende-se identificar quais as características distintivas do envolvimento da sociedade civil portuguesa na causa de Timor em relação a outras causas.

Face a estes objetivos e por forma a responder às questões levantadas nesta investigação, a tese está estruturada em cinco capítulos. Assim, após a apresentação breve sobre a relevância da escolha deste tema, prosseguimos a nossa apresentação para o capítulo 2, no qual, delineamos a revisão literatura sobre as dinâmicas e tipologias de envolvimento da sociedade civil na vida política, sobretudo ao nível dos movimentos sociais. Neste capítulo, analisamos ainda as etapas históricas do processo da libertação e independência de Timor-Leste.

De seguida, no capítulo 3, concentramos a nossa atenção na escolha da metodologia utilizada, descrevendo os objetivos específicos da dissertação e as técnicas de recolha e análise de dados.

No capítulo 4, apresentamos os resultados da análise dos dados obtidos através das entrevistas efetuadas aos principais atores da Sociedade Civil Portuguesa que se mobilizaram para a causa de Timor.

Terminamos a nossa investigação com a apresentação das conclusões mais relevantes inerente ao tema abordado.

2. Enquadramento teórico

2.1. Organizações da Sociedade Civil e suas funções

As Organizações da Sociedade Civil têm vindo a ganhar um papel de relevo crescente desde o fim da II Guerra Mundial até a atualidade, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional e transnacional. De acordo com Beer, Bartley e Roberts (2012, p. 325), esta transformação é explicada pelo facto de estas organizações se terem empenhado em fazer algumas tarefas importantes que eram tradicionalmente funções do Estado, designadamente na ajuda ao desenvolvimento, na mediação dos conflitos sociais ou na ajuda à reconstrução da sociedade na sequência de desastres naturais ou sociais. Estes mesmos autores referem ainda que o reforço de poder das Organizações da Sociedade Civil tem ocupado especial importância na dita “mudança multifacetada do governo para a governança” (Beer, Bartley e Roberts, 2012, p. 325). Face a este papel de relevo crescente, importa, portanto, explicitar o que se entende por Organizações da Sociedade Civil, bem como as suas potenciais funções na sociedade.

Muito embora não exista um único conceito de Sociedade Civil que seja amplamente aceite, haja em vista a complexidade de cada cultura e sociedade, existem algumas características comuns a evidenciar (Edwards, 2011, p. 3). A este propósito, Edwards (2011, p. 4) está de acordo com a definição de Michael Walzer, que coloca a Sociedade Civil como “uma esfera de associação humana não coerciva (...) na qual as pessoas prosseguem uma ação coletiva com propósitos normativos e substantivos, de forma relativamente independente do Estado e do mercado”. No mesmo sentido, Fernandes (2014, p. 23) considera as Organizações da Sociedade Civil como associações voluntárias que atuam em nome do interesse geral e que têm frequentemente a função de representação e articulação de interesses sociais.

Face a estas definições gerais, Fernandes (2014, p. 24) considera ainda que a ação da Sociedade Civil assenta em quatro pilares: a) a orientação para a defesa de interesses coletivos; b) a defesa destes assuntos perante a sociedade; c) o envolvimento de cidadãos na defesa e promoção destas causas; e, d) o apeço pelas regras de civilidade e respeito mútuo. No mesmo sentido, Edwards (2011, p. 6) evidencia duas características que a Sociedade Civil assume: em primeiro lugar, permite agrupar diferentes preferências, na expectativa de que as políticas públicas aplicadas reflitam a preferência dos indivíduos que

representam; e, em segundo lugar, garantir que as pessoas possam manifestar-se através do protesto, ou por outras vias, de forma direta e organizada, independentemente dos sistemas políticos, onde existem tentativas de censurar ou impedir que este tipo de ação suceda.

Considerando o que foi referido, a Sociedade Civil distingue-se do Estado, das empresas, das igrejas e das famílias, haja em vista que a sua atividade não se baseia na coerção (tal como o Estado), na busca de benefícios financeiros (tal como as empresas), na fé (tal como a Igreja) ou nos laços afetivos (tal como a família) (Fernandes, 2014, p. 24).

As Organizações da Sociedade Civil têm, portanto, a capacidade de desempenhar um vasto conjunto de funções, de entre as quais Beer, Bartley e Roberts (2012, p. 326) destacam as seguintes:

- a. defesa e promoção de interesses (*advocacy*), através da qual as Organizações da Sociedade Civil despertam atenção e mobilizam recursos para os vários tipos de problemas sociais, podendo também fazer chegar os problemas locais ao nível internacional;
- b. prestação de serviços (*service provision*), na medida em que as Organizações da Sociedade Civil prestam serviços pessoais aos cidadãos que o Estado não consegue prestar ou aos quais dedica menor atenção;
- c. regulação (*regulation*), já que as Organizações da Sociedade Civil podem funcionar como 'reguladores' dos negócios e das atividades dos Governos, na medida em que podem identificar e trazer para o público as áreas que carecem de regulação.

A propósito das funções acima referidas, importa frisar o facto de nem todas as Organizações da Sociedade Civil terem as mesmas condições para desenvolverem as suas atividades e poderem atuarem nos mesmos domínios – por exemplo, não se pode comparar uma organização transnacional especializada com uma organização local com múltiplos propósitos (Beer, Bartley e Roberts, 2012, p. 326).

Ao nível da função da defesa e promoção de interesses, o que as Organizações da Sociedade Civil fazem, sobretudo, é tentar chamar a atenção das pessoas para os

problemas sociais, ao mesmo tempo que pretendem também exercer pressão sobre os Estados e as Organizações Internacionais para que estes atuem em conformidade (Beer, Bartley e Roberts, 2012, p. 327). Tal como Beer, Bartley e Roberts (2012, p. 327) argumentam, as ações desencadeadas por estas organizações podem servir como base essencial para um movimento social mais alargado, não só dentro do espaço nacional, como também além-fronteiras.

Para além da função de defesa e promoção de interesses acima descrita, uma das funções das Organizações da Sociedade Civil que mais se destacou desde a década de 80 do século XX foi a de prestação de serviços e de ajuda ao desenvolvimento, sobretudo nos países com rendimentos baixos e nos países considerados como Estados falhados (Beer, Bartley e Robert, 2012, p. 328). Beer, Bartley e Robert (2012, pp. 328-329) demonstram que foi precisamente a partir desse período que os doadores internacionais procuraram as Organizações da Sociedade Civil, enquanto alternativas aos Estados, para darem o seu apoio, devido a problemas de falência, endividamento, corrupção, conflitos, constrangimentos burocráticos e falta de flexibilidade.

As Organizações da Sociedade Civil têm vindo a destacar-se ainda no desempenho de funções de regulação. A este propósito, Beer, Bartley e Robert (2012, p. 330) referem que esta realidade está relacionada com a "... ascensão do capitalismo de regulação, incluindo mudanças em direção a leis menos rígidas, programas voluntários e governança transnacional", que impuseram uma necessidade de mudança do modelo de regulação e da estrutura do padrão da regulação. Desta forma, estes autores (Beer, Bartley e Robert, 2012, p. 330) referem que as Organizações da Sociedade Civil têm surgido como atores fundamentais na formulação e aplicação de uma regulação própria que se apresenta em duas formas: como *watchdog* (cão de guarda), focando a sua atenção nas atividades das empresas ou Estados consideradas como controversas, procurando, desta forma, 'nomear e envergonhar' os atores, por forma a que mudem o rumo das atividades; e, por outro lado, na promoção e criação de associações privadas para o estabelecimento de regras, supervisionamento e certificação.

Focando a nossa atenção na função da defesa e promoção de interesses públicos (*advocacy*) por ser aquela que mais interessa para o nosso trabalho, estas organizações distinguem-se, de acordo com Jenkins (2011, p. 307), pela concentração da ação na representação ou *lobbying* a favor do público em geral ou de grupos sub-representados, opondo-se frequentemente a grupos de interesse bastante poderosos e bem-organizados.

Para este mesmo autor, a atividade de *advocacy* destas organizações pode comportar atividades de *advocacy* política, quando a tentativa de influência se dirige ao nível político, ou *advocacy* social, quando a tentativa de influência se dirige à opinião pública, por forma a fomentar a participação cívica e a influenciar comportamentos de atores privados (Jenkins, 2011, p. 308).

De acordo com diferentes teorias (Jenkins, 2011, 311-313), a formação destas organizações de *advocacy* é influenciada por um conjunto de circunstâncias: a) devido a tensões e mudanças sociais que geraram insatisfação e que motivam as organizações a produzir mudanças sociais e políticas; b) a existência de empreendedores políticos e de recursos organizacionais, que permitem a mobilização e agregação de insatisfações; c) a existência de um ambiente político que não seja repressivo; d) a existência de outras organizações semelhantes previamente existentes, o que facilita a legitimidade dos interesses a defender, mas dificulta pela possível competição por recursos; e) o desenvolvimento e alinhamento de um “quadro” com uma conceção clara sobre o problema em causa e um método credível de intervenção.

Em relação à gestão do apoio para a organização, Jenkins (2011, 319) refere a existência de diferentes métodos, nomeadamente a colocação de ênfase na importância dos objetivos de ações concretas, a criação de expectativas de sucesso ou a disponibilização de incentivos, referindo, contudo, a existência dos problemas da perda de simpatia pela causa ou a não conversão de simpatizantes em participantes ativos.

Por fim, o autor (Jenkins, 2011, 321) refere que o impacto da ação destas organizações pode medir ao nível mais amplo do fomento de uma cultura política e de proliferação deste tipo de organizações, mas sobretudo ao nível das políticas públicas, o qual implica quatro passos: 1) a colocação de um assunto em agenda; 2) assegurar decisões favoráveis; 3) assegurar que essas decisões são implementadas; e, 4) assegurar que as atividades têm impactos favoráveis nos seus destinatários.

Como é possível verificar pelo descrito, as Organizações da Sociedade Civil que desempenham a função de *advocacy* aproximam-se bastante do conceito de Movimento Social, na medida em que ambos apresentam semelhanças, nomeadamente o facto de serem caracterizados pela ação coletiva, mas também distinções (della Porta e Diani, 2011, p. 68). De acordo com della Porta e Diani (2011, p. 69), os Movimentos Sociais podem ser entendidos como ‘uma rede informal’ estabelecida por diferentes indivíduos, grupos e organizações que se comprometem nos conflitos políticos ou culturais, os quais são

agregados, apesar da sua diversidade, em torno de uma identidade coletiva. Numa obra anterior, della Porta e Diani (2006, p. 20) referem que consideram que os Movimentos Sociais se distinguem das Organizações da Sociedade Civil pelo fato de os atores envolvidos se comprometerem numa ação coletiva motivada pela conflitualidade e oposição face a um adversário bem identificado, pela interligação entre indivíduos através de redes informais sólidas e pela partilha de uma identidade coletiva. No mesmo sentido, Cardoso e Neto (2004, p. 4) partilham da posição de Castells, ao considerarem que os movimentos sociais se caracterizam por três princípios fundamentais: a identidade do movimento; o adversário do movimento; e, a visão do movimento.

Face ao referido, della Porta e Diani (2011, p. 69) defendem que os Movimentos Sociais são atualmente uma das formas de “coordenação da ação coletiva dentro da sociedade” e o que os diferenciam reside no fato de conseguirem agrupar diferentes atores e identidades coletivas que ultrapassam as fronteiras de uma organização específica e alcançam uma coletividade muito mais ampla. Os dois autores mostram que os movimentos sociais diferem das Organizações da Sociedade Civil pelo fato de os primeiros privilegiarem a existência de conflito como fundamental para a sua ação, enquanto as Organizações da Sociedade Civil concentram a sua ação coletiva em vias menos controversas, dando assim preferência a um consenso mais alargado sobre as questões e agendas que defendem e promovem (della Porta e Diani, 2011, p. 70). Della Porta e Diani (2011, p. 70) referem ainda que a adoção da estratégia confrontacional dos Movimentos Sociais, que poderá até implicar desafiar a lei e a ordem, advém da necessidade de atrair atenção do público e de exercer pressão sobre os detentores do poder de decisão.

Não obstante a atuação baseada no conflito, um número crescente de Movimentos Sociais tem vindo a institucionalizar-se e a criar laços mais sólidos com o sistema político, sobretudo a partir da década de 80 (della Porta e Diani, (2011, p. 72). della Porta e Diani (2011, p. 72) referem que tal ocorrência se deveu, sobretudo, ao facto de estes movimentos terem conseguido obter mais recursos materiais, melhor acesso aos decisores políticos e se terem especializado em questões específicas, bem como a uma maior receptividade e disponibilidade de atores políticos institucionais, sobretudo os de Esquerda, para uma aliança com os movimentos sociais.

2.2. O desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil portuguesa

As Organizações da Sociedade Civil em Portugal são frequentemente descritas como sendo menos desenvolvidas, quando comparadas com as da Europa Ocidental (Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon, 2005, p. 12; Salamon, Sokolowsky, Haddock e Tice, 2012; Quintão 2011, p. 9; Cardoso e Neto, 2004, p. 3; Lima e Nunes 2004, 9).

De acordo com Franco et al (2005, p. 22), o processo de desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil em Portugal terá sido profundamente marcado por quatro linhas de influência: pela atuação da Igreja Católica, cuja influência remonta a períodos anteriores à fundação do Estado-Nação português (1143); pela longa tradição de mutualidade e de auto-ajuda do país; pelos 40 anos de regime autoritário; e, pelo processo de democratização.

Para estes autores (Franco et al, 2005, 22), a Igreja Católica Romana teve uma influência no desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil português a dois níveis: a) no plano espiritual, através da difusão da doutrina cristã, que advoga que “as pessoas precisam de atuar de forma a merecem a misericórdia de Deus”, o que implica ações como ensinar os simples, confortar os tristes, perdoar os que nos ofendem, curar os doentes ou dar comer a quem tem fome; b) no plano institucional, na medida em que algumas ordens religiosas serviram como base na fundação de algumas organizações tais como hospedarias, que davam abrigo aos peregrinos, Gafarias que davam apoio médico aos leprosos, ou hospitais de meninos que acolhiam os órfãos e crianças abandonadas e as educavam, por forma a que pudessem ter uma vida profissional. A este propósito, merece destaque a atuação das designadas Misericórdias, instituições cuja atuação se baseava nas orientações Franciscanas e Dominicanas, e que vinculavam as pessoas que enriqueciam com os descobrimentos marítimos ao apoio às “obras de misericórdia” (Franco, Sokolowski, Hairel e Salamos, 2005, pp. 22–23).

De igual modo, Franco et al (2005, 23) apontam também o caráter paternalista e assistencialista que caracterizaram as Organizações da Sociedade Civil portuguesa de então e que baseavam as suas ações “no mutualismo, na solidariedade e auto-ajuda”.

A par da Igreja Católica e das organizações mutualistas, o longo período de autoritarismo vivido sob o regime de Salazar também influenciou o desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil portuguesa. Quintão (2011, 9) refere, a este propósito, que a implantação do autoritarismo entre 1933 a 1974 privou o país de práticas assistencialistas

e cooperativas, tendo em conta que este regime se caracterizava pela “repressão, controlo e instrumentalização das organizações da sociedade civil (...) e também pela privação dos direitos fundamentais da liberdade de expressão e de associação, bem como de outros direitos cívicos e sociais”. No mesmo sentido, Franco et al (2005, 25–26) sublinham que este regime considerava, de uma forma geral, que a liberdade de associação era algo que não correspondia ao interesse nacional, pelo que o exercício desta ação deveria ser proibida e castigada. Esta repressão foi, contudo, responsável pela reorientação de algumas Organizações da Sociedade Civil mutualistas que, apoiadas pela classe média urbana, passaram a concentrar-se mais em atividades políticas (Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon, 2005, p. 26), muito embora tendo uma fraca capacidade de influência efetiva junto do Governo (Fernandes, 2014, p. 79). Franco et al (2005, 26) destacam, a propósito desta reorientação de atividade, a importância da fundação de cooperativas com fins intelectuais (...), a eleição de líderes de sindicatos conhecidos pela sua oposição ao regime, e a fundação de novas associações por representantes da oposição como forma de ultrapassar a proibição de criação de partidos políticos”.

A transição para um regime democrático afirma-se também como um importante marco no desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil portuguesa, na medida em que este foi “... um período estável de liberdades cívicas e de associação” (Fernandes, 2014, p. 77). De acordo com Fernandes (2014, p. 48), a revolução terá inspirado uma maior mobilização popular, bem como um aumento do número de associações ‘sem precedente’ na história portuguesa, bem como a emergência de movimentos formais e informais empenhados em “mudar e democratizar” todos os aspetos da vida social. No mesmo sentido, Quintão (2011, 12) argumenta que durante este período se verificou, efetivamente, “um forte dinamismo das formas de organização da sociedade civil”, tendo emergido duas formas de ações: por um lado, “as organizações associadas ao resgate de direitos e liberdades fundamentais de um Estado democrático”, tais como as associações políticas, sindicais e patronais; e, por outro lado, ações desencadeadas no sentido de solucionar as necessidades sociais básicas (habitação, saúde, trabalho, alfabetização).

Muito embora o processo de democratização tenha, com efeito, removido os constrangimentos existentes no que diz respeito à liberdade de associação, tal não significa que os portugueses tenham aderido massivamente a atividades associativas. A este propósito, Coelho (2008, 10) refere um estudo de 1993, intitulado “Portugal: valores europeus, identidade cultural”, no qual é referido que a participação dos portugueses nas atividades associativas era fraca, já que a maioria dos portugueses não pertencia a

qualquer associação e que a participação social registada depois do 25 de abril de 1974 se deveu à pressão social e política inerente ao processo de transição para a democracia e não mudança mudanças ao nível dos valores, atitudes e comportamentos. Apesar de partilhar a perspectiva de que a adesão dos portugueses é fraca, Mendes e Seixas (2005, pp. 106, 110-111) consideram que a participação dos portugueses nas ações de protesto e manifestação é maior quando estas são organizadas no âmbito dos municípios ou regiões em que são residentes, já que este tipo de ações se debruça sobre problemas ou questões que lhes são próximos (Mendes e Seixas 2005, 110–111). A este propósito, Salamon *et al* (2012) dão conta da predominância das organizações da sociedade civil portuguesa dedicadas à provisão de serviços, em detrimento das que se dedicam a funções expressivas.

A fraca mobilização da sociedade civil portuguesa é, de acordo com Aureliano (2004, 4), particularmente premente em questões humanitárias, a qual é também acompanhada por uma “falta de aposta” por parte da televisão no caso da violação dos direitos humanos, visto que nem sempre é possível conseguir imagem. A este propósito, Mendes e Seixas (2005, 123–124) dão, contudo, conta de uma crescente mediatização das ações coletivas em Portugal.

Considerando o cenário acima descrito, a ampla mobilização das Organizações da Sociedade Civil portuguesa para a causa de Timor-Leste pode ser considerada “paradigmático e de rara possibilidade de repetição” (Aureliano 2004, p. 4). A pertinência do estudo que se pretende desenvolver advém, assim, desse evento paradigmático.

2.3. Processo da libertação e independência de Timor-Leste

Timor-Leste tornou-se colónia portuguesa a partir do início do séc. XVI, após Portugal ter assinado o tratado que definia a divisão da ilha com a Holanda, cuja parte da ilha viria a tornar-se parte da Indonésia quando este último país declarou a sua independência a 17 de Agosto de 1945 (Braithwait, Charlesworth, e Soares, 2012, p. 9; Taylor, 1999, 4; Pureza, 2001, p. 6; Ramos-Horta, 1994, pp. 67-68; Barbedo de Magalhães, 1992, p. 18).

Muito embora Portugal tenha ficado com o território de Timor-Leste, Braithwait, et al (2012, p. 9) referem que Portugal não teria grande interesse sobre o território, visto que Timor-Leste foi administrado a partir de Goa até 1896. A este propósito, Ribeiro e Costa (2014, p. 9) consideram que a colonização portuguesa de “baixa intensidade” em Timor-Leste se

deveu, por um lado, à elevada distância geográfica e, por outro lado, à escassez da riqueza do território então identificada.

A Revolução de 25 de Abril de 1974, que colocou fim ao regime autoritário que se vivia em Portugal, permitiu, não apenas que o país se democratizasse, mas também que as colónias portuguesas iniciassem diferentes processos de autodeterminação e independência para os respetivos territórios, já que a questão da descolonização foi uma das principais motivações para a revolução (Braithwait, Charlesworth e Soares 2012; Barbedo de Magalhães, 2007a, pp. 55-56; Centeno e Novais, 2006, p. 14; Barbedo de Magalhães, 1992, p. 19).

No caso Timor-Leste, Pureza (2001, p. 7) dá conta que Portugal aprovou a Lei 7/75, que previa a realização de eleições para os timorenses escolherem o destino do território, colocando em aberto três hipóteses: a independência; a integração; ou a confederação, de livre vontade, a um terceiro país. A este propósito, importa referir que, ao contrário das colónias portuguesas em África (sobretudo Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), que já tinham movimentos de libertação, em Timor “o sentido nacionalista desenvolvia-se na sombra, buscando ainda formas de expressão política (Barbedo de Magalhães, 1992, p. 19). De acordo com Barbedo de Magalhães (1992, p. 19), tal evento deveu-se, sobretudo, ao atraso do sistema educativo timorense até finais da década de 50 do séc. XX e ao subdesenvolvimento económico e social do país, que contribuiu para a não existência de uma elite sólida e capaz, que conseguisse centralizar os sentimentos nacionalistas. Como refere este mesmo autor, os movimentos nacionalistas em Timor-Leste só se desenvolveram a partir do início da década de 70, como consequência do desenvolvimento de uma elite decorrente do forte investimento que o Estado português fez no território (Barbedo de Magalhães, 1992, p. 20). De acordo com Ramos-Horta (1994, p. 75), em 1973 começou a existir “um núcleo nacionalista, cada vez mais impaciente, revoltado e decidido a começar ações de protesto”.

A mudança política vivida em Portugal em 1974 veio abrir espaço para a criação de partidos políticos em Timor-Leste para levar a cabo o processo da descolonização, dos quais diferentes autores (Braithwait, Charlesworth, e Soares 2012, 12; Barbedo de Magalhães, 1992, 20) destacam dois partidos com grande apoio popular: por um lado, a UDT (União Democrática Timorense), surgida em 11 de Maio de 1974, que defendia uma federação ou autonomia faseada com Portugal, numa primeira etapa, e só depois a independência; e, por outro lado, a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), criada

em 20 de Maio de 1974, que defendia a independência de Timor-Leste. Nesse mesmo ano surgiu também um partido mais pequeno, a APODETI, criado em 27 de maio de 1974, por influência da Indonésia, e que defendia a integração com este último país (Barbedo de Magalhães, 2007b, pp. 231-233; Barbedo de Magalhães, 1992, 20).

O surgimento de partidos com objetivos diferentes para o futuro da ilha levou, de acordo com Gomes (2010, p. 68), a que Portugal aceitasse qualquer solução, desde que resultasse da livre vontade expressa pelos timorenses, já que o clima político de Portugal no período 1974/75 e o contexto da política internacional não apoiava a ideia de Portugal manter a sua responsabilidade como potência administrativa do território, muito embora fosse essa a vontade da maioria dos timorenses. No mesmo sentido, Gomes (2010, p. 68) refere que, embora Portugal não tenha oficializado a sua posição, alguns líderes políticos deram a entender que a integração do território na Indonésia poderia ser uma solução credível.

Apesar das reticências acima reveladas, o Estado português, através do novo governador de Timor, Tenente-Coronel Mário Lemos Pires, desenvolveu um trabalho sistemático no sentido de criar condições para que Timor se tornasse independente a curto prazo (Barbedo de Magalhães, 1992, p. 25). Tendo em atenção esse propósito, a administração portuguesa apoiou a proposta dos dois grandes partidos, a UDT e a FRETILIN, de formação de uma coligação entre os dois partidos com o objetivo de passarem a cooperar em prol da independência, prevista para daí a 5 a 10 anos.

A coligação UDT-FRETILIN rompeu-se, porém, em 27 de Maio de 1975, quando a UDT, sob influência da Indonésia, orquestrou um golpe contra a administração portuguesa e exigiu “a prisão dos dirigentes da FRETILIN e a passagem imediata do poder para as mãos da UDT” (Barbedo de Magalhães, 2007b, pp. 252-253). Em resposta a este golpe, e perante a incapacidade da administração portuguesa em resolver a situação, a FRETILIN fez um contragolpe, em 19 de Agosto de 1975, iniciando-se, assim, a guerra civil entre a UDT e a FRETILIN, que resultou na derrota da UDT e na fuga de alguns dirigentes deste partido para o território indonésio (Barbedo de Magalhães, 1992, p. 31).

De acordo com Barbedo de Magalhães (1992, pp. 30-33), a Guerra Civil não impediu que Portugal e a FRETILIN continuassem o esforço de encontrar uma solução negociada para a questão Timorense, algo que não veio a revelar-se possível face ao controlo da UDT e da APODETE por parte da Indonésia. Tal impasse acabou por conduzir à declaração de independência de Timor-Leste de forma unilateral por parte da FRETILIN, a 28 de

novembro de 1975, a qual não teve o reconhecimento de Portugal e nem da própria ONU, no sentido de chamar mais a atenção da ONU sobre a tentativa da Indonésia em invadir o território (Taylor, 1999, p. 63).

A posição defendida pela Indonésia era, por sua vez, que a única opção viável seria a da integração no território indonésio, quer fosse de forma pacífica, quer pelo uso da força, tal como veio a suceder com a invasão e posterior anexação do território, em Dezembro de 1975, num processo apoiado pelos países ocidentais e pela Austrália, devido a interesses políticos e económicos relacionados com o petróleo de Timor e a tentativa de evitar que Timor-Leste desenvolvesse relações com a União Soviética ou a China (Centeno e Novais, 2006, pp. 16-18; Gomes, 2010, p. 70; Ramos-Horta, 1994, p. 107; Barbedo de Magalhães, 1992, pp. 23, 38). De acordo com Gomes (2010, 70), “a integração de Timor-Leste era dada como irreversível” face ao poderio militar da Indonésia e ao apoio dos países ocidentais mais poderosos, tais como os EUA, a Inglaterra, a França e, posteriormente, a Austrália. A invasão e anexação de Timor nunca foram, contudo, aceites ou reconhecidas por Portugal que, enquanto potência administrante do território, tentou sempre utilizar a sua influência para colocar a questão de Timor na agenda internacional (Ribeiro e Costa, 2014, p. 10).

Tal como refere Gomes (2010, 76-82), a partir de meados da década de 80, a questão de Timor, que era dada como perdida, passou a assumir-se, embora de uma forma lenta, como um problema que exigia uma solução. Para este autor (Gomes, 2010, p.76), existem três fatores que justificam a afirmação da causa timorense:

- a) A sobrevivência da resistência interna à ocupação da Indonésia perante o poderio militar indonésio, apesar de Timor não ter poder militar nem apoio por parte de países estrangeiros, em cujo processo é importante sublinhar o papel da Igreja Católica, que não se coibiu de denunciar os abusos e as violações de direitos humanos praticados pelos militares indonésios;
- b) A mudança da perceção internacional motivada por eventos como o massacre de Santa Cruz de 1991, a prisão e julgamento de Xanana Gusmão em 1992, ou a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Ramos-Horta e Dom Ximenes Belo em 1996, de entre os quais se poderá destacar o primeiro devido à projeção mediática mundial que conheceu, sendo considerado por Centeno e Novais (2006, p. 13) como “o ponto de viragem tanto na história como na cobertura noticiosa da luta timorense”.

- c) A mudança de regime na Indonésia, na decorrência do fim do regime ditatorial de Suharto, o qual era caracterizado pela inflexibilidade e indiferença perante a pressão da comunidade internacional, e sua substituição, em Maio de 1998, pelo seu vice Habibie, que, perante a mudança de posição do Congresso americano e da União Europeia, aprovou, em Janeiro de 1999, a proposta da realização de uma consulta popular aos timorenses para escolherem a opção da integração ou da independência.

O Referendo ao povo timorense para definir se queriam a integração na Indonésia ou a independência foi, assim, realizado, a 30 de Agosto de 1999, sob a responsabilidade da ONU e contando com a participação de 98 % dos inscritos, apesar da ação das milícias, com apoio dos militares Indonésios, que tentavam intimidar e criar um clima de medo e terror, através da perseguição e assassinio de populares (Centeno e Novais 2006, p. 50). Os resultados demonstraram que a larga maioria dos timorenses (78,5 %) preferia a opção da independência (Centeno e Novais 2006, p. 50; Marques, 2005, p. 117). Este resultado não foi, contudo, aceite pelas milícias indonésias, o que resultou num ambiente de violência e destruição, motivando o Conselho de Segurança das Nações Unidas a aprovar o envio da INTERFET (*International Forces for East Timor*) para estabilizar e instaurar a paz no território (Freire e Lopes 2014, 10; Barbedo de Magalhães, 2007c, pp. 617-620; Cotton 2001, 130). Em paralelo, a ONU desenvolveu também a UNTAET (*United Nations Transitional Administration in East Timor*), com o objetivo de criar as instituições do Estado de Timor-Leste e de preparar as autoridades timorenses para que pudessem assumir a responsabilidade da governação do país (Freire e Lopes, 2014, pp. 10–11).

O processo de libertação e independência terminou, por sua vez, a 20 de maio de 2002, Timor-Leste foi, assim, declarado como um novo Estado-Nação, registando-se a transferência dos poderes e legitimidade da ONU para as entidades timorenses.

Para além das forças de resistência timorense e da ONU, Portugal desempenhou, também, um papel relevante no processo de libertação e posterior independência de Timor, não só através dos organismos estatais, mas também das organizações da sociedade civil. O papel das Organizações da Sociedade Civil no processo de libertação e posterior independência de Timor é, precisamente, o enfoque principal da dissertação de mestrado em desenvolvimento pelo autor deste trabalho.

2.4. Apoio da Sociedade Civil Internacional à causa de Timor-Leste

A mobilização da sociedade civil internacional para a causa de Timor-Leste foi sempre pautada pela perspectiva de que os princípios e valores dos direitos humanos estavam a ser deliberadamente negados ao povo de Timor-Leste por parte da Indonésia, pelo que as ações e iniciativas desenvolvidas visavam despertar a atenção do mundo sobre este problema e sensibilizar a comunidade internacional para intervir na resolução deste caso (Pureza, 2001, p. 10). A este propósito, Pureza (2001, p. 9) evidencia que a resistência timorense invocou sempre a comunidade internacional para que tomasse em consideração os princípios e valores consagrados nas relações internacionais, designadamente o da não utilização de força contra outro país, o do não reconhecimento da ocupação de uma potência colonizadora em outro país que fosse contra a vontade do povo ocupado e o do direito das antigas colónias à autodeterminação. Estes foram, portanto, que influenciaram decisivamente o apoio dos grupos de solidariedade internacional com Timor e também dos países e das organizações intergovernamentais para a causa de Timor.

Ainda de acordo com Pureza (2001, p. 9), Portugal, a ONU e os movimentos de solidariedade internacional basearam-se sempre no argumento de que Timor “mantinha o estatuto jurídico de território não autónomo, nos termos do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas”, o que significava que Portugal mantinha o estatuto de potência administrante enquanto não fosse dado aos timorenses o direito de se tornarem independentes. Esta linha de argumentação descibilizava, assim, o argumento da Indonésia que defendia que a integração tinha sido um ato voluntário e deliberado da maioria do povo de Timor-Leste.

Em forma de sintetizar, Pureza (2001, p. 15-16) aponta duas tipologias de atores que foram fundamentais na manutenção do problema de Timor-Leste na agenda internacional, nomeadamente no âmbito da diplomacia dos direitos humanos, das organizações multilaterais regionais, e do Comité de Descolonização das Nações Unidas: por um lado, os movimentos de solidariedade da sociedade civil internacional, que se mobilizaram para promover e de defender a causa de Timor; e, por outro lado, o Estado português, que assumiu, numa fase posterior, as suas responsabilidades como potência administrante de Timor em favor da resistência timorense. Pureza (2001, p. 16) sublinha ainda também que os movimentos de solidariedade “não exerceram uma função meramente defensiva”, visto que estes movimentos afirmaram-se como parceiras fundamentais da Resistência

timorense, mais especificamente no controlo da circulação e dos conteúdos da informação disseminadas pelos meios de comunicação internacionais.

De acordo com Pureza (2001, p. 16) o desenvolvimento do movimento de solidariedade para com o processo de libertação de Timor-Leste caracteriza-se por diferentes fases. Na primeira dessas fases, que vai até ao final da década de 80, o movimento das organizações da sociedade civil para a causa de Timor tinha pouca relevância, já que durante esta década se registava muita passividade por parte dos governos e dos políticos, limitando-se apenas à realização de ações ou iniciativas mais informais e com pequena dimensão. Na Austrália, por exemplo, as iniciativas individuais de James Dunn, Robert Wesley-Smith ou David Scott foram determinantes nesse período para que a sociedade e os governos da Austrália não esquecessem o problema de Timor-Leste. De notar também que desde 1975, a luta de libertação de Timor-Leste já havia começado a receber também apoios de movimentos da sociedade internacional mais organizados, alguns dos quais organizações exclusivas dedicadas a causas específicas – exemplo disso é a TAPOL¹ (tahanan politik ou preso político), que é uma organização sediada no Reino Unido e que tem o objetivo principal de “fazer campanha pelos direitos humanos, paz e democracia na Indonésia”. A denúncia das violações dos direitos humanos em Timor-Leste apresentava-se, inclusivamente, como um dos objetivos principais desta organização por forma a denunciar publicamente o regime ditatorial indonésio perante o mundo internacional, como aconteceu através de iniciativas como os “Parlamentares por Timor – Leste” (Pureza, 2001, p. 18).

A fase de intervenção mais tímida terminou perante o acontecimento do massacre de Santa Cruz, em 1991, que contribuiu bastante, ou talvez até decisivamente, para a internacionalização do problema de Timor (Pureza, 2011, p. 18). De acordo com Nunes e Lima (2002, p. 5), o vídeo captado nesse massacre foi determinante, uma vez que permitiu que a atrocidade dos militares indonésios se tornasse conhecida pela comunidade internacional, já que, até então, a Indonésia havia feito tudo para que a questão de Timor-Leste ficasse à margem da atenção do mundo internacional ou fosse considerada como não prioritária pelos governos que conheciam o problema. Para estes dois autores (Nunes e Lima, 2004, pp. 5-7), o dito massacre causou “mudanças na ação política de Portugal, dos restantes países e das instituições internacionais, e fez despertar as sociedades civis e os movimentos sociais de vários países, principalmente Portugal”, ao mesmo tempo que

¹ <http://www.tapol.org/our-work/timor-leste>

fez com que a luta timorense ganhasse projeção mediática e conseguisse sensibilizar as opiniões públicas e pressionar os Estados e a comunidade internacional.

Como refere Pureza (2001, p. 18-19), este massacre foi publicamente condenado por muitos países e organizações da sociedade civil em vários países, tais como as Filipinas, o Japão, os EUA e a Austrália, ao ponto de alguns países ocidentais, como o Canadá, a Dinamarca e a Holanda, terem tomado medidas como a interrupção dos programas de ajuda que a Indonésia estava a beneficiar. Uma outra atitude mais forte em consequência deste massacre foi tomada pelo Congresso dos Estados Unidos da América, que suspendeu o programa de formação internacional militar (IMET) com a Indonésia (Nunes e Lima, 2002, p. 6).

O maior conhecimento da questão de Timor-Leste a nível internacional suscitou, por sua vez, o interesse e ações de solidariedade por parte da sociedade civil em muitos países, o que motivou, inclusivamente, a criação de redes de solidariedade internacional para que existisse maior concertação das ações e iniciativas mais concertadas, das quais Pureza (2001, p. 19) destaca as seguintes: a) a 'Federação Internacional por Timor-Leste' (IFET), composta por 36 grupos de 21 países, como a Austrália, o Canadá, as Ilhas Fiji, a Suécia, Portugal e os Estados Unidos da América; b) a 'Coligação Ásia-Pacífico por Timor-Leste' (APCET), constituída por 23 membros de 15 países da região; c) a 'Plataforma Internacional de Juristas por Timor' (PIJTL), que foi criada, em Novembro de 1991, em Lisboa e que tinha membros de diferentes países, tais como a Holanda, Portugal, Estados Unidos da América, Índia, Moçambique e Brasil.

De acordo com este autor, a criação destas redes foi fundamental, na medida em que permitiu, não apenas a articulação de ações e iniciativas organizadas, mas também que estas organizações se tornassem mais fortes e coesas, quer ao nível internacional, quer nos respetivos países (Pureza, 2001, p. 19).

No mesmo sentido, Lima e Nunes (2004, p. 10) destacam a criação de outras redes de solidariedade por parte das associações e organizações internacionais para a causa de Timor como é o caso da 'AGIR Timor', em França, ou da 'East Timor Japan Coligation' e da 'Asia Watch', no Japão. Estes dois autores sustentam ainda que estas redes de solidariedade procuravam agir em sintonia com ações realizadas dentro do território de Timor ou tornando-se cúmplices dos movimentos independentistas timorenses, uma vez que pretendiam que as ações e iniciativas desenvolvidas conseguissem captar atenção a nível internacional (Lima e Nunes, 2004, p. 10).

A par do impacto do massacre de Santa Cruz, existem outros fatores que motivaram uma maior atenção internacional para a questão timorense. Por um lado, o fim da Guerra Fria contribuiu para que os países ocidentais mudassem de posição e a Indonésia deixasse de ter aliados para manter a sua ocupação em Timor, o que se justifica pelo facto de a resistência timorense ser frequentemente acusada de pretender instaurar um regime comunista na região (Ribeiro e Costa, 2014, p. 12; Lima e Nunes, 2004, p. 6). Por outro lado, foi também essencial a transformação registada na resistência timorense, entre 1983 e 1987, nomeadamente a criação da Convergência Nacionalista, que juntava forças políticas até então fragmentas e divergentes (a Fretilin e a UDT), que posteriormente se transformou e passou a designar-se como CNRT (Conselho Nacional de Resistência Timorense) (Pureza, 2001, p. 19). De acordo com Ribeiro e Costa (2014, p. 11), a resistência timorense, com apoio da maioria do povo timorense, combateu, não apenas na frente armada, mas também na frente diplomática, no âmbito da qual privilegiou a coordenação com Portugal e outros países lusófonos para que a questão de Timor se mantivesse na agenda internacional.

A propósito do papel de Portugal, Lima e Nunes (2004, p. 9) referem que este país foi fundamental na internacionalização e na projeção da questão de Timor, uma vez que o que estava em causa não era apenas a luta de um povo pela sua libertação, mas também uma invasão e anexação ilegal de um território que fora parte de uma das potências coloniais mundiais e que era, agora, membro da União Europeia e da NATO. O facto de Portugal, como potência administrante, passar a assumir as reivindicações do povo de Timor-Leste como suas fez com que estas se tornassem, também, dos países da União Europeia e da NATO, o que representava grande pressão para a Indonésia.

3. Estratégia Metodológica

A literatura tem-nos mostrado que as Organizações da Sociedade Civil têm ganho cada vez mais relevo no mundo atual, através do desempenho de diferentes funções, nomeadamente na defesa e na promoção de interesses, na prestação de serviço e na regulação (Beer, Bartley e Roberts, 2012).

No que concerne ao tema estudado, estamos perante o desempenho de funções ao nível da defesa e promoção de interesses (*advocacy*) que, de acordo com Jenkins (2011), devem ser analisadas quanto ao seu propósito, às motivações para a sua criação, à sua estrutura, à sua capacidade de gestão do apoio e aos seus impactos.

Focando a nossa atenção na função da defesa e promoção de interesses públicos (*advocacy*), importa recordar que as ações destes grupos têm por objetivo influenciar a ação política (*advocacy* política) e/ou a opinião pública e a ação de atores privados (*advocacy* social) (Jenkins, 2011, 307). De igual modo, será importante recordar que a criação de organizações deste tipo é influenciada pela existência de tensões e mudanças sociais geradoras de insatisfação, pela existência de mobilizadores e de recursos, pela existência de um ambiente não repressivo, pela existência de organizações semelhantes e pela definição clara do problema e dos métodos de atuação (Jenkins, 2011, 311-313). Em relação às atividades de gestão do apoio, o autor refere os desafios da perda de simpatia pela causa ou a não conversão de simpatizantes em participantes ativos (Jenkins, 2011, 319). Por fim, em relação aos impactos ao nível das decisões políticas, Jenkins (2011, 321) destaca quatro passos: 1) a colocação de um assunto em agenda; 2) assegurar decisões favoráveis; 3) assegurar que essas decisões são implementadas; e, 4) assegurar que as atividades têm impactos favoráveis nos seus destinatários.

As ações coletivas de âmbito político na defesa e promoção de direitos aproximam-se, assim, da noção de Movimento Social, muito embora difira do conceito de Organização da Sociedade Civil pela característica de ultrapassar as fronteiras organizacionais e de adotar uma estratégia confrontacional (della Porta e Diani, 2011).

A mobilização da Sociedade Civil em Portugal para a defesa e promoção da Libertação de Timor-Leste enquadra-se, assim, nesta conceção, na medida em que havia uma causa comum e um ‘adversário’ comum, composto pela Indonésia e todos os países ou organizações que, de forma direta ou indireta, adotaram comportamentos que dificultavam que a questão de Timor encontrasse uma solução. Por último, o que todas estas

organizações ambicionavam conseguir através das suas ações era que a comunidade internacional e o Estado Português interferissem o mais rápido possível na questão de Timor, permitindo acabar com a violação dos direitos humanos cometida pelas forças da Indonésia em Timor e, ao mesmo tempo, mediasse a procura de uma solução para o problema de Timor que fosse aceite, de forma justa e livre, pela maioria do povo de Timor-Leste.

Esta mobilização afirmou-se, contudo, pelo seu caráter de exceção na realidade portuguesa, já que a Sociedade Civil portuguesa não é tradicionalmente muito ativa, ao mesmo tempo que as Organizações da Sociedade Civil atuais estão, maioritariamente, dedicadas a funções de prestações de serviços, em detrimento de funções ditas expressivas (Salamon et al, 2012).

O principal objetivo deste trabalho, é, portanto, compreender mais aprofundadamente o porquê de um tão grande número de Organizações da Sociedade Civil Portuguesa se terem mobilizado em favor da causa de Timor e quais as dinâmicas e impactos desse envolvimento.

Diante de todas estas questões levantadas e da leitura de revisão de literatura para o tema estudado, formulamos a nossa questão de investigação da seguinte forma:

Quais as principais motivações, dinâmicas e impactos do envolvimento da Sociedade Civil Portuguesa no processo de libertação e independência de Timor-Leste?

Considerando esta pergunta de partida, existe um conjunto de objetivos operacionais que estão subjacentes a este trabalho, nomeadamente:

- caracterizar as organizações da sociedade civil portuguesa que se envolveram no processo de libertação e independência de Timor-Leste;
- compreender quais as principais razões subjacentes ao envolvimento destas organizações.
- compreender quais as principais dinâmicas, resultados e impactos das atividades desenvolvidas por estas organizações;

- identificar quais as características distintivas do envolvimento da sociedade civil portuguesa na causa de Timor em relação a outras causas.

3.1. Processo da recolha de dados

O principal instrumento de recolha de informação escolhido para esta investigação foi a entrevista. A escolha deste instrumento prende-se pelo facto de esta investigação pretender constatar a ação de diferentes atores no passado sobre um caso em específico e permitir ao entrevistado partilhar e explicar em primeira mão a sua experiência e posição sobre o caso em que se envolveram no passado detalhadamente ou “a um grau de máximo de autenticidade e de profundidade” (Quivy, 2008, p. 192).

O tipo de entrevista utilizada para esta investigação foi a entrevista semi-estruturada, que se caracteriza, segundo Quivy (2008, p. 193), por ter um guião previamente definido, embora com questões que requerem respostas abertas e que não têm de seguir uma ordem previamente definida.

Os entrevistados selecionados para esta investigação foram representantes de oito organizações que se mobilizaram para a causa Timorense, os quais foram entrevistados entre fevereiro e julho de 2016. Os entrevistados eram representantes das seguintes organizações:

- Associação 12 de novembro;
- Comissão para os Direitos do Povo Maubere (*CDPM*);
- Associação Paz e Justiça para Timor-Leste;
- Tane Timor;
- RENETIL (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste);
- Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto;
- Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;

- Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro.

Neste conjunto de organizações, as cinco primeiras indicadas dedicaram-se, ou dedicam-se, exclusivamente à questão Timorense, ao passo que as três últimas são organizações que, tendo outros focos de atenção, dedicaram bastante atenção à causa de Timor. Importa ainda referir que apenas as organizações *Tane Timor* e *Renetil* eram dinamizadas por Timorenses que estavam a residir em Portugal, enquanto que as restantes eram dinamizadas por cidadãos portugueses. As entrevistas decorreram em diferentes cidades, sobretudo em Lisboa, Porto e Aveiro entre o mês de fevereiro a julho de 2016.

O nosso guião de entrevista era constituído pelas seguintes questões, com a finalidade que se refere a seguir:

- Qual a história da sua associação e do seu envolvimento na causa Timorense?* Nesta questão, o que se pretendia saber era a história das organizações que tiveram envolvimento na causa de Timor, se já existiam antes do aparecimento do problema de Timor, e qual a sua área de atuação.
- O que fez despertar o envolvimento da sua organização para a causa Timorense ou como é que tiveram conhecimento do problema Timorense?* Aqui, pretendemos saber quais os fatores que contribuíram para que a Sociedade Civil Portuguesa tivesse conhecimento do problema de Timor, nomeadamente se através dos meios de comunicação social, se através das pessoas que tinham estado em Timor, ou se tinham mantido ligação com a resistência timorense na diáspora ou em Timor.
- Quais as razões para que a associação que representa (ou representava) se ter envolvido na causa timorense?* Quanto a esta pergunta, procuramos saber as causas do envolvimento destas organizações, se pelas violações dos direitos humanos em Timor, se pelas motivações pessoais ou políticas, ou se pelo impacto mediático.
- Quais as atividades desenvolvidas, os recursos envolvidos e os objetivos das atividades?* Tenciona-se, com esta questão, saber quais as atividades promovidas e desenvolvidas por estas organizações na defesa da causa de Timor e ao mesmo tempo saber também que apoio é que tiveram para realizar as ações promovidas em Portugal e no estrangeiro, e saber também os objetivos do desenvolvimento das atividades.

- e. *Quais as parcerias (nacionais e/ou internacionais) nas atividades desenvolvidas?* Propõe-se aqui identificar as parcerias estabelecidas entre estas organizações para com as outras organizações, instituições, personalidades ou Estados, tanto em Portugal, como no estrangeiro, em prol de ações a favor da causa timorense.
- f. *Quais as dificuldades no desenvolvimento dessas atividades?* No que diz respeito a esta questão, pretendemos saber quais foram as dificuldades ou obstáculos existentes na realização das ações promovidas pela Sociedade Civil Portuguesa, nomeadamente se havia restrições do Estado português ou de países que apoiavam a Indonésia, ou se havia problemas de financiamento ou da conjugação de esforço de todas as organizações para uma atividade de grande dimensão.
- g. *Quais os resultados/impactos dessas atividades?* Procuramos, com esta questão, mostrar quais foram os resultados alcançados das ações realizadas pela Sociedade Civil Portuguesa para a causa de Timor, nomeadamente se estas ações condicionaram a sensibilização da opinião pública portuguesa e do mundo sobre a questão de Timor, ou se contribuíram para que os decisores políticos tomassem medidas a favor do povo de Timor.
- h. *Quais as principais razões que levaram a que a sociedade civil portuguesa a mobilizar-se tanto na questão timorense e menos nas outras causas?* Por fim, pretendemos mostrar os fatores que levaram a que o problema de Timor fosse diferente de outras causas defendidas em Portugal e sobretudo as razões para que a Sociedade Civil Portuguesa se tenha comprometido tanto para que o povo timorense conseguisse a sua libertação e autodeterminação.

3.2. Processo de Análise de Dados

De acordo com Schmidt (2004, p. 253), o objetivo da formulação de questões no guião é correlacionar os dados recolhidos na entrevista e no conhecimento teórico prévio sobre o tema estudado. Assim sendo, considerando o que Schmidt (2004, pp. 254-256) sugere, as etapas seguidas no processo de análise dos dados recolhidos na entrevista para esta investigação são seguintes:

- a. Construção da categoria de análise a partir das perguntas;

- b. Codificação das entrevistas, com o objetivo de fazer a codificação dos assuntos relacionados com cada pergunta formulada no guião de entrevista;
- c. Interpretação detalhada dos casos. Nesta fase do processo, retira-se em cada um dos textos as informações codificadas anteriormente para cada uma das questões perguntada na guia de entrevista.

3.3. Limitações da Investigação

As principais limitações desta investigação centraram-se na impossibilidade de conseguir realizar entrevistas com representantes da Plataforma de Juristas Internacionais para Timor-Leste, que também desempenhou um papel importante.

4. Apresentação e Discussão de Resultados

4.1. História do envolvimento das Organizações da Sociedade Civil portuguesa na causa de Timor-Leste

A mobilização da Sociedade Civil portuguesa para a causa de Timor era protagonizada por algumas organizações desde o início da resistência timorense contra a ocupação da Indonésia. Estas organizações dedicaram-se exclusivamente à causa timorense desde o início da sua criação até ao fim da luta, que terminou quando os timorenses conseguiram a sua autodeterminação oficialmente em 2002.

A história por detrás do aparecimento destas organizações na defesa e no apoio à causa de Timor na Sociedade Civil portuguesa eram distintas, embora exista um ponto comum que era para dar continuidade ao seu trabalho por Timor, tendo em consideração que antes os fundadores, membros e militantes destas organizações já estariam anteriormente, de alguma forma, ligados ou envolvidos em atividades de luta pela autodeterminação do povo timorense.

As entrevistas realizadas para este trabalho permitiram-nos identificar alguns grupos que se envolveram de forma exclusiva para a causa de Timor.

A *Comissão de Direito do Povo Maubere (CDPM)* foi um grupo formado em 1981 por pessoas voluntárias que se interessavam em defender e apoiar uma determinada causa, atuando de forma desvinculada da sua filiação partidária e apenas na qualidade de cidadãos que pretendiam ter uma participação cívica ativa. Esta organização dava um enfoque especial à desvinculação de partidos políticos porque uma outra associação (*Associação Amizade Portugal – Timor-Leste*) havia ficado paralisada porque os partidos políticos parceiros desta associação começaram a desentender-se a partir de certa altura. Antes de criarem esta organização, alguns dos seus voluntários já tinham estado envolvidos nas causas promovidas pelo CIDAC (Centro de Informação e Documentação Anticolonial), organização que tinha trabalhado clandestinamente, ainda no tempo do Estado Novo, na recolha e difusão de informação da guerra colonial. Assim, o envolvimento na causa Timorense decorreu do facto de Timor ser uma das colónias portuguesas. Tendo em conta que o CIDAC defendia várias causas ao mesmo tempo, criou-se então a *CDPM* para se focar apenas na questão de Timor, embora dispondo do apoio logístico e político

do CIDAD. Deste modo, as atividades desenvolvidas por esta organização eram, sobretudo, focadas nas questões políticas.

A *CDPM do Porto – As Jornadas de Timor da Universidade do Porto* era, por sua vez, um grupo que, antes de decidir envolver-se na questão de Timor, fazia exigências à resistência timorense, sobretudo à Fretilin, para que deixasse de exigir ao Estado português o reconhecimento da independência declarada unilateralmente e do reconhecimento desta força política como única e legítima representante do povo timorense. A razão da discordância com estas exigências estava relacionada com uma questão política e não legal, já que, de acordo com o Direito Internacional, a declaração da independência era legítima. A razão para a discórdia era o facto de a partir do momento em que Portugal reconhecesse a independência de Timor, deixaria de poder representar Timor e isso poderia condicionar a luta, já que Timor estava a lidar com um país muito mais poderoso e que, ao mesmo tempo, tinha apoio de grandes potências mundiais. Assim, consideravam que seria difícil a opinião pública do mundo ocidental apoiar a questão de Timor face à exigência da Fretilin em querer ser única e legítima representante do povo timorense, já que este partido era visto como sendo comunista.

A *Associação Paz e Justiça para Timor-Leste* foi criada por comunidades cristãs em Portugal, contando com representantes da Igreja Católica portuguesa e de comunidades de protestantes. Esta associação formou-se desde o início da luta do povo timorense, que, na sua maioria, professava a religião católica e onde esta religião representava um fator que unia este povo e, ao mesmo, era fator que diferenciava a força ocupante.

A *Renetil (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste)* foi uma organização da resistência estudantil timorense, fundada nos finais dos anos 80, em Bali, onde operava clandestinamente, sobretudo nas cidades da Indonésia, e que continuou as suas atividades em Portugal, depois de muitos dos seus militantes pedirem asilo político a Portugal porque estavam a ser perseguidos pelos serviços secretos da Indonésia devido ao seu envolvimento na causa de Timor .

A *Associação 12 de Novembro* foi formada, em 1992, por grupos de estudantes que tinham organizado a *Missão da Paz em Timor – Lusitano Expresso*, que envolveu muitos estudantes portugueses e de mais de 20 países que foram a Timor com o objetivo de colocar flores no cemitério de Santa Cruz, como forma de prestar homenagem às vítimas do massacre nesse cemitério. O objetivo da criação desta associação era, portanto, dar

continuidade ao trabalho de sensibilização e da mediatização do problema de Timor na sociedade portuguesa no palco internacional.

A *Tane Timor* é uma associação criada nos finais dos anos de 90, mais precisamente em 1998, por estudantes universitários timorenses que se encontravam a estudar no Porto. Embora este grupo fosse apenas formado nos últimos períodos da resistência timorense, ainda se destacou pelas ações que promovia, sobretudo nas cidades do Norte de Portugal, mais especificamente no Porto. De referir ainda que os fundadores desta associação já se tinham envolvido na questão de Timor muito antes de formar esta associação, nomeadamente através da participação em outros grupos de resistência ou colaboração com outros grupos de solidariedade por Timor em Portugal.

A *Associação dos Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (UP)* envolveu-se na causa de Timor em meados da década de 80 e, embora não se dedicasse apenas a esta causa, abraçou-a de forma expressiva. O que distinguia o trabalho desta associação era o facto de ser uma associação independente, que, por conseguinte, não se vinculava a nenhum partido político na altura, o que era algo pioneiro na altura. Foi a partir desta associação que surgiu a primeira iniciativa das *Jornadas de Timor da Universidade do Porto*.

A *Associação dos Estudantes da Universidade de Aveiro (UA)* acabou por se envolver na causa de Timor através de iniciativas informais promovidas por estudantes da UA, sobretudo a partir do início da década de 90. Esta associação também se envolveu, a partir de certa altura, muito significativamente na causa de Timor, ao ponto de definir a autodeterminação de Timor como um objetivo da associação. Esta associação era uma associação que queria ir muito além de servir as necessidades mais imediatas dos estudantes, já que queriam dinamizar o poder que os estudantes universitários tinham para terem uma participação cívica, ajudando nas causas justas.

4.2. Os fatores que despertaram a Sociedade Civil portuguesa para a causa de Timor-Leste.

No caso das organizações como a *Renetil* ou a *Tane Timor*, muitos dos seus membros tomaram conhecimento do problema de Timor através das suas próprias experiências ou

através de familiares ou amigos. Recorde-se que os fundadores destas organizações eram, na sua maioria, timorenses que vieram para Portugal sob o estatuto de asilo político ou como refugiados devido às ameaças ou às perseguições a que estavam sujeitos na Indonésia.

Relativamente às organizações que foram fundadas por portugueses, a *CDPM*, por exemplo, já estava mais ou menos informada sobre o problema de Timor ainda antes da invasão de Timor pela Indonésia, uma vez que esta nasceu no âmbito do CIDAC e mantinha uma ligação com as forças políticas timorenses, nomeadamente a Fretilin. De igual modo, este grupo também já tinha mantido relação com os timorenses que se encontravam em Portugal nessa altura e também com pessoas que tinham estado em Timor, o que fazia com que conhecesse, em traços gerais, o essencial do que se passava.

Já a *Associação Paz e Justiça em Timor-Leste*, que iniciou as suas atividades nos primeiros anos de ocupação, tomou conhecimento do que estava a passar através dos relatos da Igreja Católica, das cartas das irmãs canossianas ou domínicas em Timor. Para além destes canais de informação vindos de Timor, esta associação também ficou a conhecer melhor o problema de Timor através das outras organizações da Sociedade Civil portuguesa e das pessoas que vieram de Timor.

O dinamizador da *CDPM do Porto – As Jornadas de Timor da Universidade do Porto*, o prof. Barbedo Magalhães, era uma pessoa que tinha estado em Timor em serviço militar e que, por ser o único doutorado em Timor nessa altura, foi convidado para liderar e coordenar uma equipa luso-timorense de reestruturação do ensino que, de certa forma, tinha o objetivo de preparar um futuro ensino timorense. Esta experiência permitiu-lhe trabalhar com representantes de todas as forças políticas timorense e testemunhar, de perto, o golpe e contragolpe entre a Fretilin e UDT, que viria a resultar na Guerra Civil e a dar à Indonésia o pretexto de interferir militarmente em Timor-Leste. Portanto, era pessoa que estava a par do assunto de Timor e foi isso que lhe permitiu discordar das estratégias da resistência antes de decidir ter um envolvimento mais ativo na causa de Timor-Leste.

No que diz respeito ao envolvimento dos estudantes, o que os despertou para a causa de Timor foi, numa primeira fase, os meios de comunicação social, embora a mediatização do assunto fosse muito reduzida, ou através da informação fornecida pela Igreja Católica de Timor. Mas, ao mesmo tempo, os estudantes que tinham interesse em política sabiam que Timor fora uma antiga colónia portuguesa e o seu processo de autodeterminação havia sido interrompida por uma outra potência ocupante, que era a Indonésia. Para além disso,

alguns destes estudantes tiveram acesso a informação sobre a questão de Timor porque tinham também familiares ou conheciam pessoas que tinham estado em Timor por razões profissionais, familiares ou em serviço militar.

A partir de um certo momento, estes estudantes também começaram a ter mais curiosidade em compreender melhor a situação de Timor porque os meios de comunicação social também começou a noticiar mais sobre Timor e a sua causa, designadamente a partir da visita a Timor do Papa João Paulo II, em 1989, e do acontecimento do massacre de Santa Cruz, em 1991.

4.3. As razões que despoletaram a mobilização da Sociedade Civil portuguesa para a causa timorense.

As entrevistas efetuadas aos atores da Sociedade Civil portuguesa permitiram-nos identificar quatro principais motivos que levaram estas pessoas a se organizarem, formarem organizações ou plataformas para poderem apoiar a causa de Timor.

As organizações que foram criadas ou mobilizadas por pessoas que tinham estado em Timor em serviço militar ou por razões profissionais ou familiares, e que regressaram a Portugal devido à invasão da Indonésia, criaram ou juntaram-se a organizações para poder, deste modo, fazer algo para apoiar a causa de Timor. Estavam motivadas pelo conhecimento real que tinham sobre o que se estava a passar em Timor ou porque tinham deixado familiares e amigos em Timor, pelo que queriam mostrar o seu gesto de solidariedade para com o povo e a resistência timorense. Neste grupo, existem também pessoas que, antes de irem para Timor, já tinham acompanhado o movimento de libertação, sobretudo nas colónias portuguesas em África, o que fazia com que fossem da opinião que Timor também tinha direito à sua autodeterminação.

O facto de estas pessoas terem acompanhado de perto toda esta situação que se passava em Timor e tendo em atenção o contexto da política internacional nessa altura, fazia-as discordar das estratégias da resistência timorense, designadamente quanto às exigências para Portugal reconhecer a declaração da independência da RDTL (República Democrática de Timor-Leste) declarada unilateralmente pela Fretilin e da exigência de que Fretilin fosse reconhecida como única e legítima representante do povo de Timor.

Assim sendo, uma das motivações da envolvimento destas pessoas para a causa de Timor prendia-se com a intenção que o Estado português continuasse a assumir o seu papel como potência administrante. Perante toda esta realidade, era importante também que estas organizações fizessem algo para descolar a imagem da Fretilin como comunista, o que era fundamental para que a opinião pública portuguesa e do mundo ocidental olhasse a Fretilin como um movimento nacionalista.

Tendo em consideração que o Estado português, através dos seus vários órgãos de soberania, não esteve, até 1982, à altura de cumprir o seu dever como potência administrante perante a invasão da Indonésia em Timor, foi fundamental que a Sociedade Civil tivesse tido um papel mais ativo, no sentido de conseguir que existisse uma mobilização concertada entre todas as forças políticas em Portugal para que pudessem tomar uma posição de forma unanime quanto a questão de Timor.

“era preciso trabalhar noutra base para poder conseguir que, ao nível de Parlamento, houvesse mudança de atitude, que era completamente passiva com o nível de sucessivos governos de várias cores” (entrevista com representante Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto)

Um outro motivo evidenciado por algumas organizações foi a mobilização por motivação da solidariedade política. Com efeito, o que motivava alguns grupos a envolverem-se na questão de Timor era a necessidade de apoiar politicamente a resistência timorense para que a Indonésia deixasse o território, de modo a que o povo timorense pudesse declarar a sua autodeterminação. Dentro deste grupo, existe a organização como a *CDPM*, que tinha já lutado pela libertação das antigas colónias portuguesas em África, o que fazia com que sentisse a obrigação de dar continuidade à sua luta enquanto todas as antigas colónias portuguesas não tivessem a sua autodeterminação.

Para outros grupos, havia a convicção política de que era preciso fazer algo para mudar a situação que o povo timorense estava a ser sujeito no âmbito da ocupação indonésia. No entendimento destas organizações, a situação de Timor era inaceitável e, por isso mesmo, não se podia permitir que este *status quo* se mantivesse.

O que motivou esta solidariedade política na Sociedade Civil portuguesa para com a causa timorense tinha a ver com a existência de uma certa obrigação moral pelo fato de Portugal,

enquanto potência colonizadora, não ter sido capaz de assumir a sua responsabilidade em assegurar as condições para permitir que o povo timorense pudesse também usufruir do seu direito de autodeterminação no processo da descolonização a seguir ao 25 de abril de 1974. Para estes grupos, esta falta de responsabilidade por parte do Estado português contribuiu ou facilitou, de certo modo, a invasão da Indonésia em Timor. Portanto, esta mobilização era como se fosse uma oportunidade de fazer o que tinha que fazer nessa altura.

Esta mobilização da Sociedade Civil portuguesa para a causa de Timor motivada pela solidariedade política era, portanto, para mostrar que o povo timorense não estava sozinho na sua luta e tinha o povo português ao seu lado. Dai, a existência a organização como a *CDPM (Comissão de Direito do Povo Maubere)* para se dedicar exclusivamente à causa de Timor. Neste ponto, será ainda importante salientar o papel das Associações dos Estudantes Universitários que, apesar de não se mobilizarem de forma exclusiva para a causa de Timor, assumiram-na como a maior causa em que se mobilizaram nessa altura.

“para nós, era uma coisa muito clara, muito evidente que não podíamos ter apoiado a libertação das colónias africanas e deixar Timor sozinho” (entrevista com representante da *CDPM*)

“nós tínhamos tido a responsabilidade de o colonizar e não tínhamos conseguido colaborar na descolonização como deve de ser. Como tínhamos imensos erros enquanto país e de certa maneira facilitado também o caminho para a Indonésia, tínhamos o dever de solidariedade e também tínhamos essa convicção política de que fazia sentido Timor ser independente” (entrevista com representante da *CDPM*)

“as pessoas em Portugal com mais participação cívica percebiam que não era aceitável que um antigo território colonial português tivesse passado de colonial portuguesa para a colónia Indonésia” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

Algumas organizações também se mobilizaram porque os seus membros estavam sensíveis e solidários para com o povo timorense. Estas organizações mobilizaram-se para a questão de Timor porque vinham tomando conhecimento de que o povo timorense estava a sofrer e a ser vítima da crueldade de uma força ocupante. Toda esta situação fez com

que houvesse uma sensibilização na Sociedade Civil portuguesa para com o povo timorenses e levou a que as pessoas ficassem revoltadas e sentissem necessidade de se organizar para poder fazer alguma coisa, no sentido de ajudar e alertar o mundo sobre o problema de Timor, uma vez que o que estava em causa era a violação de direitos humanos e uma luta desigual entre um país poderoso contra um povo pequeno e indefeso.

“A ocupação de Timor-Leste pela Indonésia e viu-se que os direitos humanos que estava em causa” (Entrevista a representante da Associação 12 de Novembro).

“sentíamos que era um povo indefeso, pequeno a lutar contra um gigante, nós tomámos um bocado das dores do David contra Golias” (Entrevista a ex-representante da Associação dos Estudantes da Universidade de Aveiro)

Por fim, as organizações da resistência timorense que se sediaram em Portugal, tal como a *Renetil*, foram criadas para contribuir para a luta pela libertação da sua pátria, do sofrimento do seu povo face a ocupação e anexação de Timor pela Indonésia. De modo que, nessa altura, qualquer timorense que tinha consciência do que se estava a passar ou que eram contra o que a Indonésia estava a fazer e cometer para com o povo timorense, tinham que fazer alguma coisa para libertar a dominação da Indonésia em Timor-Leste.

“eu acho que qualquer timorense naquela altura independentemente da sua raça, religião, (...) sentíamos a necessidade de fazer parte dessa luta, dessa manifestação” (Entrevista a representante da Tane Timor)

4.4. As atividades desenvolvidas e os recursos envolvidos pela Sociedade Civil portuguesa para a questão de timorense.

A Sociedade Civil portuguesa desenvolveu uma série de atividades em prol da questão de Timor-Leste.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas pelas organizações da Sociedade Civil portuguesa que se mobilizaram para a causa de Timor, as entrevistas efetuadas permitiram-nos identificar que havia articulação entre estes grupos na organização de atividades como manifestações, angariação de fundos, conferências, bem como da ação

organizada a partir de Portugal, mas que visava terminar em Timor, designada *Missão de Paz em Timor – Lusitano Expresso*.

As organizações mais exclusivas, como a *CDPM*, a *Associação de Paz e Justiça para Timor-Leste*, ou as *Jornadas de Timor da Universidade do Porto*, todas elas fizeram, de certo modo, um trabalho de sensibilização, através da divulgação e da partilha de informação e de documentos sobre a resistência timorense e das atrocidades cometidas pelas forças indonésias em Timor-Leste, tanto em Portugal, como no estrangeiro.

Com efeito, muito embora estes grupos concentrassem as suas atividades em um determinado assunto e isso fizesse com que realizassem atividades diferentes, as entrevistas realizadas permitiram-nos identificar que os trabalhos feitos por estes grupos acabavam por complementar-se, o que era até potenciado por alguns casos de pessoas que eram membros de mais do que uma organização ao mesmo tempo.

A *CDPM* (*Comissão de Direito para o Povo Maubere*), que foi criada desde o início da luta até a autodeterminação do povo timorense, dedicava-se, sobretudo, a trabalhar com informação. Isto é, a recolher todas as informações relevantes relacionadas com a resistência timorense, a trabalhar com os documentos emitidos ou publicados pelas organizações internacionais, designadamente a ONU, e pela imprensa internacional, para depois tratar estas informações e disponibilizá-las ao público ou a outros grupos de solidariedade por Timor, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Para além dessa atividade, a *CDPM* também se articulava com a resistência timorense em Portugal para a organização de atividades mais políticas, tais como a produção de documentos relacionados com a luta dos timorenses, pedidos de reuniões e audiências com órgãos do Estado português e a organização de manifestações. É de referir que a *CDPM* também fazia trabalho de sensibilização da opinião pública portuguesa, através da deslocação as escolas para falarem com estudantes e professores, bem como alertar os meios de comunicação portuguesa para o problema de Timor-Leste.

A *CDPM* foi ainda a organização que, ao longo de vários anos, fez o trabalho de acompanhamento das organizações internacionais, nomeadamente marcando presença nas Comissões de Direitos Humanos da ONU durante vários anos para apresentar um testemunho em defesa da causa de Timor e, mais tarde, também na preparação dos próprios jovens estudantes timorenses, para que eles pudessem fazer a defesa da sua causa nesta comissão da ONU.

A *CDPM* fazia também ligação aos movimentos de solidariedade internacional provenientes de outros países europeus e de países de língua oficial portuguesa, bem como com movimentos de solidariedade por Timor de países asiáticos, incluindo da própria Indonésia. Para manter esta ligação e estar bem informada sobre a ação do movimento de solidariedade internacional por Timor, a *CDPM* teve que fazer muitas deslocações para estrangeiro e que traduzir documentos, tendo em consideração que os documentos que saíam de Timor vinham escritos, sobretudo, em Português.

“A *CDPM* procurou estar sempre em contato, participar em várias reuniões em vários países, por um lado, para acompanhar tudo o que se passava, obter mais informações, participar em ações conjuntas e também porque tínhamos uma ligação mais direta com a potência administrante que era Portugal” (Entrevista a representante da *CDPM*)

Uma outra atividade da *CDPM* era fazer ligação ou manter contato com os líderes da resistência timorense que se encontravam no território como Xanana Gusmão. Desse modo, o que a *CDPM* fazia era fazer chegar a Timor notícias sobre o que se passava, não só em Portugal, mas também no mundo, em geral, explicando também o que é os movimentos de solidariedade estavam a fazer pela causa de Timor e outros assuntos relevantes que consideravam que a resistência timorense em Timor devia conhecer, uma vez que tinham pouca informação sobre o que se passava fora de Timor.

Já a *CDPM Porto* (que mais tarde participaram na organização das *Jornadas de Timor da Universidade do Porto*) teve como principal atividade, numa primeira fase, contatar com os partidos políticos portugueses, sobretudo os que tinham assentos no Parlamento, e com personalidades políticas estrangeiras que tivessem alguma influência, tais como alguns membros de grupos parlamentares no Parlamento Europeu. A par do trabalho de sensibilização feito nos primeiros anos da invasão junto das personalidades e dos grupos políticos no Parlamento Europeu, este grupo também se coordenava com dirigentes timorenses na diáspora, ou timorenses que ocupavam cargos públicos em Portugal, como foi o caso do deputado Manuel Tilman, natural de Timor. Foi, aliás, através desta coordenação com o deputado Manuel Tilman que teve origem a organização de uma mesa redonda, na qual participaram todos os partidos que tinham assento no parlamento português, que resultou, por sua vez, na criação da Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor no Parlamento Português. A criação desta

comissão marcou uma tomada de posição do Parlamento Português sobre a questão de Timor, opondo-se à posição anterior, que era marcada pela passividade ou imobilismo dos órgãos de soberania portuguesa.

Mais tarde, a partir dos finais de 80 e nos anos de 90, este grupo focou-se, sobretudo, na organização das *Jornadas de Timor da Universidade do Porto (UP)*, que se dedicou especialmente na realização de conferências em Portugal e em países estrangeiros, tais como na Alemanha, no Canadá, nos EUA e na Austrália. Os participantes nestas atividades eram de vários setores, incluindo personalidade políticas e da sociedade civil nacionais e estrangeiras, académicos de muitas universidades portuguesas e de outros países. As *Jornadas de Timor da Universidade do Porto* também contaram com a participação de dirigentes e militantes de partidos timorenses na diáspora, a que se juntaram, mais tarde, gerais, ativistas e estudantes indonésios.

A *Associação Paz e Justiça para Timor-Leste*, que, recorde-se, foi criada logo no início da luta e nasceu dentro das comunidades cristãs em Portugal, tinha como principal atividade contactar as comunidades cristãs e os bispos portugueses de uma forma mais pessoal, nomeadamente através de cartas. Em paralelo, este grupo procurava também colaborar e coordenar ações juntamente com outras organizações da sociedade civil portuguesa que visavam favorecer a causa de Timor. Foi este motivo que justificou a participação desta associação nas *Jornadas de Timor da Universidade do Porto* ou na *Missão de Paz em Timor – Lusitano Expresso*. Para além da participação e organização de ações mais políticas, esta associação também organizou, em articulação com outros grupos, atividades mais lúdicas, tais como festas ou campos de férias para os timorenses que estavam em Portugal.

A *Associação de 12 de Novembro* era também uma das organizações que se dedicaram à causa de Timor, sobretudo a partir do início dos anos de 90, e que desenvolveu uma das ações mais conhecidas em Portugal e no mundo na sequência do massacre de Santa Cruz – a *Missão de Paz em Timor – Lusitano Expresso*. Na organização desta missão, participaram representantes de estudantes de mais de 20 países e envolveram-se também todos os presidentes das *Associações das Universidades portuguesas*, meios de comunicação social portugueses, personalidades políticas e civis, tais como o antigo Presidente da República, General Ramalho Eanes, bem como jovens timorenses. Para além da organização desta atividade, a *Associação 12 de Novembro* também se dedicou na recolha de fundos por Timor e também na prestação de apoio aos jovens timorenses

que conseguiram sair de Timor e vir para Portugal, nomeadamente na obtenção de formação e na integração desses jovens na sociedade portuguesa.

Relativamente às organizações da resistência timorense que foram fundadas ou que vieram a atuar em Portugal, tais como a *Renetil*, concentravam a sua ação na intermediação ou na passagem de informações entre a frente armada e a frente diplomática timorense. Em paralelo, procuravam também passar informações da resistência aos jornalistas e às televisões, sobretudo internacionais.

Após a sua chegada a Portugal, os membros da *Renetil* desenvolveram várias ações, desde exposições de fotos ou vídeos da resistência timorense, que, numa dada altura, conseguiram chegar a outros países da Europa, tais como a Alemanha, a Espanha, a França, a Inglaterra e a Irlanda.

Outra organização de resistência foi a *Tane Timor* que, embora fosse criada apenas nos finais dos anos de 90, também focava as suas ações na organização de manifestação, sobretudo no Porto, e na angariação de fundos para apoiar a resistência timorense.

A *Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto* destacou-se, por sua vez, sobretudo na organização da primeira *Jornada de Timor da Universidade do Porto*, para além de outras ações que visavam despertar o problema de Timor em Portugal.

A outra associação que se envolveu na causa de Timor foi a *Associação dos Estudantes da Universidade de Aveiro*, cujas ações desenvolvidas eram mais pequenas, tais como ir a aulas e pedir aos professores que lhes deixassem falar sobre o que estava a passar em Timor, ou pedirem aos professores que falassem sobre o problema de Timor quando fossem participar em conferências internacionais. De igual modo, quando a UA recebia visitas de personalidades políticas, como foi a visita da Primeira-ministra noruega, estes estudantes organizaram ações que visavam despertar a questão de Timor. A par destas atividades, a *Associação de Estudantes da UA* também organizou ações como vigílias e marchas, para as quais convidaram pessoas para que falassem sobre Timor e o seu problema, e organizaram ações simples como escrever postais para se distribuir às populações e para enviar para a ONU. À medida que foi avançado o seu envolvimento sobre a questão de Timor, esta *Associação* também participou em ações promovidas por outras organizações em favor de Timor, tais como a participação na *Missão da Paz – Lusitano Expresso* e a colaboração na campanha pela libertação de Xanana Gusmão e

das manifestações realizadas em Portugal e em Espanha, em frente da embaixada da Indonésia. A Associação dos Estudantes de Aveiro também tomou a iniciativa de organizar outras atividades, tais como angariação de fundo por Timor, o acolhimento de timorenses na cidade de Aveiro e, a partir de 1997-1999, começou a concentrar-se também na divulgação e circulação de informação em Portugal e no estrangeiro.

4.5. Os recursos envolvidos pela Sociedade Civil portuguesa no apoio à causa de Timor-Leste

Relativamente aos recursos envolvidos por estas organizações ao longo do seu envolvimento na questão de Timor, as entrevistas realizadas permitiram-nos concluir que as organizações mais exclusivas tiveram apoio para as atividades de grandes dimensões, por um lado, da parte do Governo Português, mais especificamente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como de empresas portuguesas, designadamente bancos portugueses. Já nas atividades de pequenas dimensões, eram os próprios membros que financiavam, quer fosse através das quotas que os membros pagavam, quer através de contribuições extraordinárias e avulsas.

A propósito do apoio do Estado Português às iniciativas promovidas pela Sociedade Civil portuguesa para a causa de Timor, importa frisar que tal acontecia de forma secreta, tendo em consideração que o Estado português estava em conversações com a Indonésia para a procura de uma solução pacífica no que concerne ao problema de Timor.

“Nos anos de 1998, pela primeira vez há um financiamento do Ministério dos Negócios Estrangeiro antes das iniciativas porque vinham sempre pagas posterior porque eu lá ia chatear” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto)

“Foram sendo mobilizados vários apoios consoantes as necessidades das instituições públicas e privadas em Portugal para apoiar a causa de Timor conforme iam surgindo ideias e projetos” (Entrevista a representante da Associação 12 de Novembro).

“Deram-nos apoios financeiros para algumas realizações, daquelas realizações, enfim, maiores, porque nós não tínhamos dinheiro nenhum e muitas vezes demos

o dinheiro do nosso bolso para as coisas mais pequenas” (Entrevista a representante da CDPM).

Relativamente às organizações das resistências timorenses em Portugal, como a *Renetil*, financiavam-se, sobretudo, através das quotas que os seus militantes pagavam. Esse valor seria, contudo, reduzido, já que muitos desses militantes viviam da ajuda do governo português, nomeadamente de subsídios atribuídos pela Segurança Social. Para além disso, tiveram também apoios das Organizações da Sociedade Civil portuguesas e das personalidades portuguesas.

“nós obtivemos apoio quer das várias organizações não-governamentais quer das personalidades, principalmente os portugueses deram-nos voluntariamente contribuição de algumas pessoas, de algumas associações cá em Portugal” (Entrevista a representante da Renetil)

Quanto ao envolvimento das *Associações dos Estudantes* em Portugal, os recursos envolvidos eram suportados pelos mesmos, uma vez que as atividades realizadas eram simples e de pequena dimensão, de modo que não precisavam muito financiamento para as realizar.

“Nós conseguimos fazer as coisas com dinheiro próprio que os estudantes pediam (...) não era preciso nenhuma fortuna para fazer, organizar marchas ou para organizar manifestações silenciosas, vigílias” (Entrevista a ex-representante da Associação dos Estudantes da UA)

4.6. Os objetivos das atividades desenvolvidas pela Sociedade Civil para a causa de Timor.

O desenvolvimento das atividades promovidas pela Sociedade Civil portuguesa para a causa de Timor tinha como objetivo principal defender e apoiar a causa timorense para que o povo timorense conseguisse a sua autodeterminação. Assim sendo, as ações

desenvolvidas visavam despertar e sensibilizar a opinião pública portuguesa e do mundo sobre a questão. Em paralelo, pretendiam também, por um lado, fazer pressão junto do Governo português para que assumisse a sua obrigação como potência administrante e defendesse sempre a posição em favor da resistência timorense e, por outro lado, exercer pressão junto de Organizações Internacionais para que se posicionassem a favor da causa timorense e fizessem pressão sobre a Indonésia.

Para tornar estes objetivos em realidade, as ações desenvolvidas pela *CDPM*, por exemplo, pretendiam, numa primeira fase, captar a atenção das pessoas sobre o problema de Timor, uma vez que a questão de Timor era, nessa altura, desconhecida por muitas pessoas e não despoletava a mobilização de apoio por parte daqueles que tinham conhecimento. Já nas fases seguintes, as atividades organizadas pela *CDPM* tinham como objetivo informar as pessoas, por forma a que a opinião pública portuguesa ficasse alertada e sensibilizada sobre o problema de Timor, bem como que essas pessoas pudessem ajudar este grupo ao fazer pressão junto do Governo português e das instituições internacionais.

Após esta primeira fase de conhecimento, a opinião pública portuguesa começou a ficar sensibilizada com a questão de Timor, muito embora esta sensibilização se devesse, sobretudo, a sentimentos de pena e de emoção e não tanto devido a questões políticas. Por isso mesmo, o que a *CDPM* procurava fazer era que as pessoas se mobilizassem para apoiar a resistência timorense e não se limitassem apenas a ter pena dos Timorenses, uma vez que os Timorenses estavam a sofrer porque estavam a resistir para conseguir a sua autodeterminação.

“o nosso objetivo passou a ser que a população portuguesa conseguisse reconhecer que o povo timorense estava a lutar pela independência, pela sua autodeterminação e, portanto, não mereciam só compaixão, mereciam apoio”
(Entrevista a representante da *CDPM*).

Muito embora as atividades agilizadas pela *CDPM* fossem, sobretudo, para exercer pressão junto do Governo português, importa sublinhar que a divergência de posição entre o Governo português e a sociedade civil portuguesa nunca foi marcada por uma relação de conflitualidade.

“Nunca tratámos os órgãos de soberania portugueses numa lógica de conflito. Portanto, eles podiam não ter a mesma opinião que nós (...)” (Entrevista a representante da CDPM)

Para que houvesse mobilizações internacionais em prol da questão de Timor, a *CDPM* estabeleceu também ligações com outros grupos de solidariedade internacional em países como a Austrália, a Inglaterra, e a Holanda, onde também existiam grupos que se focavam em fazer denúncias sobre a violação dos direitos humanos cometidos pelo regime de Suharto em Timor e nas outras províncias da Indonésia. Para além do contacto com estes movimentos, a *CDPM* pretendia também garantir que existissem grupos de solidariedade por Timor nos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e também em países asiáticos como Japão, Filipinas, Malásia e na própria Indonésia.

A *CDPM* enviava também informações para as lideranças da resistência em Timor, a fim de explicar o que se passava fora do país, por forma a que a resistência timorense pudesse acompanhar a evolução do apoio internacional disponível e, porventura, reajustar as suas estratégias para a resistência.

Da mesma forma, os objetivos que a *CDPM do Porto - Jornadas de Timor da Universidade do Porto* procurava atingir com as ações desenvolvidas eram, em primeiro lugar, que o Parlamento português tomasse uma posição sobre o problema de Timor e que essa posição fosse apoiada por todos os partidos com assento parlamentar. Foi a propósito deste objetivo que este grupo organizou uma mesa redonda na qual participaram todos os partidos que tinham assentos no Parlamento. Para além disso, procurava fazer pressão junto do Governo e da Presidência da República para que assumissem também as suas responsabilidades para com Timor. Em paralelo, as ações realizadas visavam também conquistar o apoio da Sociedade Civil do mundo ocidental para a causa de Timor.

“Eu queria ter a certeza que todos os partidos com assentos no parlamento (...) sem exceção, assumissem em conjunto a responsabilidade de fazer alguma coisa para garantir o direito de autodeterminação do povo de Timor-Leste” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto)

“era fundamental captar o apoio da Sociedade Civil do mundo ocidental, seria esse que permitiria um dia chegar a independência” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto).

Outro objetivo da realização das *Jornadas de Timor da Universidade do Porto* era descredibilizar a tentativa do regime de Suharto em melhorar a sua imagem no mundo ocidental. Para conseguir este objetivo, as estratégias delineadas nessa época passaram pela realização de *Jornadas de Timor da Universidade do Porto* em países estrangeiros cada vez que o presidente Suharto fizesse visitas oficiais aos países ocidentais (exs: Alemanha, Canadá, ou EUA), por forma a que a opinião pública desses países soubessem e tomassem conhecimento sobre a violação dos direitos humanos em Timor.

Para além dos objetivos acima mencionados, as *Jornadas de Timor da Universidade do Porto* tinham também como objetivo fazer com que houvesse entendimento entre as forças políticas timorenses na diáspora, já que nessa altura havia um grande desentendimento entre partidos, tanto a nível dos dirigentes, como dos militantes. Neste sentido, a organização fez sempre questão de envolver as diferentes forças políticas timorenses nas atividades realizadas

Numa dada altura da luta, a estratégia delineada por esta organização passou também por apoiar os movimentos indonésios que estavam a lutar pela instauração da democracia no seu país, através do fim do regime ditatorial vigente. Foi a propósito deste objetivo que a organização começou a contactar personalidades políticas, civis e militares e estudantes universitários da Indonésia para estarem presentes também nas *Jornadas de Timor da UP*, tendo sido nesse processo que a organização conheceu e colaborou com duas personalidades da Indonésia que viriam a ser presidentes do país. Para este grupo, havia a perspetiva de que uma mudança política na Indonésia poderia ter também implicações favoráveis para a causa de Timor.

“pensava que era crucial que o derrube do regime indonésio e tinha que ser os indonésios a fazer” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto)

Já as ações desenvolvidas pela *Associação Paz e Justiça para Timor-Leste* procuravam, em primeiro lugar, promover a questão timorense nas comunidades cristãs e, ao mesmo, tornar o problema timorense como se fosse um problema do mundo dos cristãos. Em segundo lugar, almejava apoiar os timorenses que se encontravam na diáspora, sobretudo em Portugal. E, por fim, procurava também associar-se a outras organizações da Sociedade Civil portuguesa, para que a causa de Timor estivesse presente na realidade da sociedade portuguesa de então.

Quanto aos objetivos pretendidos pelas *Associações de Estudantes* ou por grupos promovidos por estudantes universitários, como foi o caso da *Associação 12 de Novembro*, eram, sobretudo, fomentar a internacionalização do problema de Timor para que o mundo soubesse o que estava a passar-se em Timor. Em paralelo, procuravam utilizar a força que tinham enquanto estudantes universitários para sensibilizar as pessoas e fazer também pressão junto do Governo para a necessidade de fazer algo para mudar a situação de Timor.

Além destes objetivos, a *Associação dos Estudantes da Universidade de Aveiro* pretendia também ajudar os timorenses que se encontravam em Timor, o que motivou o desenvolvimento de uma campanha de angariação de fundos para apoiar os jovens estudantes timorenses que estavam a estudar na Universidade de Timor.

Em Portugal, as atividades promovidas pelas organizações da resistência timorense, tais como a *Renetil* ou a *Tane Timor*, pretendiam, sobretudo, apoiar financeiramente a resistência armada em Timor e, ao mesmo tempo, sensibilizar a opinião pública portuguesa e credibilizar a causa pela qual o povo timorense estava a lutar perante a sociedade portuguesa e do mundo.

“... superámos um pouco em termos da socialização, da internacionalização da questão da resistência, superámos as dificuldades através das conferências internacionais (...)”. (Entrevista a representante da *Renetil* em Portugal)

4.7. Os parceiros nacionais e internacionais no desenvolvimento das atividades promovidas pela Sociedade Civil portuguesa.

As organizações que se mobilizaram para a causa de Timor tinham colaboração não só com as instituições públicas e privadas, assim como a parceria com as personalidades políticas, civis e académicos, quer nacionais, quer internacionais.

Os grupos mais permanentes que existiam desde o início, como foi o caso da *CDPM* e da *CDPM do Porto – As Jornadas de Timor da Universidade do Porto*, ou da *Associação da Paz e Justiça em Timor-Leste*, tornaram-se, a partir de certa altura, parceiros uns dos outros, já que tinham pontos essenciais em comum, muito embora tivessem sido criadas para sensibilizar um público-alvo diferente. Isto porque os trabalhos desenvolvidos por estes grupos complementaram-se em alguns casos e havia também pessoas que eram membros de diferentes grupos em simultâneo.

A *CDPM* contou também com o natural apoio do CIDAC, quer ao nível logístico, quer ao nível político. E, numa primeira fase, a *CDPM* tinha como parceiro as forças políticas timorenses, mais especificamente a Fretilin, bem como dos timorenses que se encontravam em Portugal e de pessoas portuguesas que tinham estado em Timor. Mais tarde, este grupo trabalhou com vários grupos da Sociedade Civil portuguesa, sobretudo meios de comunicação social portuguesa. A par destas parcerias, a *CDPM* colaborou também com grupos mais pequenos de âmbito local, que nasceram de forma espontânea e nunca formalizaram a sua existência, tal como foi o caso de grupos que se formaram a partir de uma determinada escola ou paróquia. A *CDPM* também colaborou com grupos de solidariedade internacional, provenientes de países da CPLP, de outros países europeus, de países asiáticos e da Austrália, em cujos encontros a *CDPM* sempre tentou marcar presença.

Relativamente à *CDPM do Porto – Jornadas de Timor da Universidade do Porto*, as atividades promovidas por este grupo tiveram colaboração de muitas pessoas e grupos, desde logo da Universidade do Porto, vários académicos, o Conselho de Reitores, universidades nacionais e internacionais, personalidades políticas, civis e militares portuguesas e estrangeiras, estudantes universitários e líderes políticos timorenses, nomeadamente da Fretilin e da UDT, bem como cidadãos timorenses que se encontravam em Portugal ou estudantes universitários de Timor e da Indonésia, que participaram por convite no âmbito da organização das *Jornadas de Timor da Universidade do Porto*.

Por outro lado, a colaboração com os dirigentes timorenses resultou na criação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste no Parlamento português, bem como a vinda às *Jornadas de Timor da Universidade do Porto* de generais indonésios, um dos quais viria a ser presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhono. A participação dos dirigentes pró-democracia da Indonésia nesta atividade era fundamental porque era conhecido que Timor representava um problema para a Indonésia e o processo da democratização do país passava necessariamente pela solução do problema de Timor.

A realização das *Jornadas em Timor da Universidade do Porto* no estrangeiro foi possível, por sua vez, devido à colaboração com diferentes universidades estrangeiras e com grupos de solidariedade internacional com Timor de países como a Alemanha, Canadá, EUA e Austrália, bem como devido à chancela institucional da Universidade do Porto, que sempre deu o seu apoio de forma incondicional.

“a solidariedade da Universidade do Porto e da Faculdade de Engenharia foram e continuam a ser importantíssimos. Deu imenso e a causa de Timor deve imenso à Universidade do Porto” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto).

A *Associação Paz e Justiça em Timor* teve, devido ao seu cariz religioso, a colaboração da Igreja Católica portuguesa, dos bispos portugueses membros da Comunidade da Igreja Lusitana, da comunidade protestante, bem como de personalidades políticas e civis, tais como o antigo presidente Mário Soares ou o professor Barbedo Magalhães. Para além da colaboração destes, esta associação também colaborou com timorenses que se encontravam a residir em Portugal nessa altura, desde dirigentes políticos até cidadãos timorenses.

O Estado português, através dos seus vários órgãos da soberania, também se tornou, a partir de uma dada altura, parceiro destes grupos. Cada órgão de soberania portuguesa, designadamente a Presidência da República, o Parlamento e o Governo, teve o seu peso no auxílio às organizações da Sociedade Civil portuguesa que se envolveram de forma exclusiva para a questão de Timor.

Ao nível da Presidência da República, registou-se o envolvimento do General Ramalho Eanes, Mário Soares e Jorge Sampaio. O General Ramalho foi um homem muito sensível

à causa de Timor e tinha sempre muita vontade para ajudar, embora nem sempre tivesse instrumentos para tal, não dispondo de poder para influenciar o rumo da política internacional sobre o problema de Timor, já que não havia sintonia entre o Governo português, designadamente o Ministério dos Negócios Estrangeiro, e a Presidência da República sobre a questão. Regista-se aqui um ato público do General Ramalho Eanes em que ele, enquanto Presidente da República, fez uma declaração pública de que estaria equivocado quanto ao problema de Timor e quanto à adequação da estratégia seguida pelo Estado português em conformar-se com a invasão e a anexação do território à Indonésia.

“O General Ramalho Eanes era um homem muito sensível a questão de Timor (...) mas ele não tinha os instrumentos para influenciar a política internacional que o governo tinha, o Ministério dos Negócios Estrangeiro era do governo, não era do Presidente da República” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto)

“Nós pedimos a audiência a todos os presidentes da República desde Ramalho Eanes, Mário Soares e até ao Sampaio (...) e a certa altura, fomos reconhecidos como interlocutores sérios porque tínhamos a informação, porque tínhamos a ideia”. (Entrevista a representante da CDPM)

A parceria com o Parlamento português resultou, por sua vez, na criação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, no âmbito da qual todos os partidos políticos com assento parlamentar tomaram uma posição conjunta quanto à questão de Timor, o que permitiu que, a partir desse momento, fosse o Parlamento português a fazer o trabalho de sensibilização de Parlamentos de outros países.

Já o Governo português tornou-se, a partir de certa altura, parceiro destes grupos, começando a apoiar financeiramente atividades promovidas, nomeadamente através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas também começando a trocar informações com algumas associações.

Já as iniciativas promovidas por *estudantes universitários portugueses*, que incluem algumas das mais importantes ações para a causa de Timor, tais como a primeira *Jornada de Timor da Universidade do Porto* e a *Missão de Paz em Timor – Lusitano Expresso*,

também contaram com o apoio de algumas entidades. Na organização da primeira *Jornada de Timor da UP*, a *Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (UP)* contou com o apoio do Reitor e da Reitoria da UP, do Conselho Diretivo da Faculdade de Ciências, de personalidades políticas como o General Ramalho Eanes, do Governador Civil e de outras personalidades conhecedores do problema de Timor, tais como o prof. Barbedo Magalhães.

“estas jornadas jamais teriam sido o que foram se não fosse a nossa iniciativa é verdade, mas se não fosse a capacidade mobilização e do entusiasmo do prof. Barbedo” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

“gostava de salientar o papel do General Ramalho Eanes que começou a ficar sensibilizado publicamente (...) mas começou a ser sensibilizador da opinião pública” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

A *Associação dos Estudantes de Aveiro* mobilizou, por sua vez, vários setores da cidade de Aveiro para as ações, bem como a Reitoria, professores e estudantes. Na angariação de fundos promovida, esta Associação teve a colaboração da Câmara Municipal de Aveiro, do Governo Civil e de outras instituições e personalidades. Quanto a parcerias internacionais, esta associação colaborou com um senador dos EUA e também com a Plataforma de Juristas Internacionais para Timor-Leste, que resultou no convite dirigido a esta associação para falar na ONU sobre a questão de Timor.

Já os grupos de estudantes que organizaram a *Missão de Paz em Timor – Lusitano Expresso*, que juntava representantes de mais de 20 países, contaram com a colaboração de todas as instituições de ensino superior portuguesas, dos presidentes de todas as Associações de Estudantes das universidades portuguesas, do Governo português, de outros grupos de solidariedade por Timor, de personalidades políticas e civis e também de estudantes e jovens timorenses que se encontravam em Portugal nessa altura.

No que concerne às organizações da resistência timorense, a *Renetil* contou, em larga medida, com a colaboração de outros grupos timorenses que vieram a formar-se posteriormente, como foi o caso da *Tane Timor*. As iniciativas promovidas por estes grupos

tiveram a colaboração, desde logo, de timorenses residentes em Portugal e em outros países da Europa, de autarquias, de fundações e de empresas, da Câmara Municipal do Porto e da Universidade do Porto, bem como de associações e de personalidades portuguesas.

4. 8. Os impactos das ações desenvolvidas pela Sociedade Civil Portuguesa a causa de Timor.

No que se refere aos impactos alcançados pelas organizações da Sociedade Civil Portuguesa, podemos distinguir também esses resultados em dois períodos distintos: nos primeiros anos desde a invasão da Indonésia, em 1975, até ao acontecimento do massacre de Santa Cruz, em 1991; e os anos que se seguiram a esse acontecimento, até a independência de Timor-Leste em 2002.

Os atores entrevistados para esta investigação estão de acordo que a Sociedade Civil Portuguesa desempenhou um papel extremamente fundamental na defesa e na promoção da causa de Timor, sobretudo nos momentos em que o Estado português deixou, deliberadamente, de assumir a sua função como potência administrante e também nos momentos em que parecia que a questão de Timor iria cair no esquecimento e não havia absolutamente nenhuma notícia da resistência. Este era um período em que a opinião pública portuguesa e mundial tinha a tendência a ver como irrevogável a presença da Indonésia em Timor-Leste e num período em que as forças políticas timorenses na diáspora estavam divididas e persistia a versão de que o então partido dominante timorense, a Fretilin, era comunista.

“acho que a opinião pública teve aí um papel no sentido de levantar sempre o problema e dizer: Não, Portugal não pode aceitar! E teve o impacto no facto de o Governo português ou o Estado português nunca ter aceitado que a Indonésia era a senhora de Timor” (Entrevista a representante da CDPM)

“era fundamental captar o apoio da Sociedade Civil do mundo ocidental, seria esse apoio que permitiria um dia chegar a independência” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto).

As atividades desenvolvidas durante este período, como a realização da sessão do Tribunal Internacional dos Povos sobre Timor, como resultado da colaboração entre o CIDAC e da *Associação Amizade Portugal – Timor-Leste*, conseguiram, para além de uma adesão assinalável, ter também o impacto de alertar e de manter vivo o problema de Timor na sociedade portuguesa.

“foi de extrema importância, acordou a opinião pública portuguesa e internacional numa fase em que não havia praticamente notícias da resistência porque todas as bases tinham caído em 1979” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto)

Regista-se aqui, por exemplo, a realização da primeira *Jornada de Timor da Universidade do Porto*, organizada pelos estudantes, que colocou em agenda, no momento certo, o problema de Timor na sociedade portuguesa e que acabou por mobilizar a própria Universidade do Porto, as figuras conhecedores da causa de Timor, como o prof. Barbedo Magalhães, e alertar, embora lentamente, a opinião pública portuguesa de que Timor estava a ser ocupado e que os timorenses estavam a resistir contra a Indonésia. Para além deste resultado, a organização desta atividade mostrou, acima de tudo, que não há causas impossíveis. A par do resultado que esta organização conseguiu causar, os cristãos portugueses também começaram a estar atentos e sensibilizados para com o problema de Timor, muito devido às ações desenvolvidas pela *Associação Paz e Justiça para Timor-Leste*.

“de alguma maneira aqui o mérito foi ressuscitar um assunto que estava quase morto” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

A Sociedade Civil Portuguesa conseguiu fazer com que os vários órgãos do Estado português mudassem a forma como encaravam o problema de Timor. Em relação à Presidência da República portuguesa, quer Ramalho Eanes, quer Mário Soares, mudaram a sua posição sobre o problema de Timor, por diferentes motivações. Ramalho Eanes mudou a sua posição a partir do momento em que se percebeu que, embora a resistência

timorense tivesse poucas condições para lutar contra a Indonésia, esta era uma luta que ia perdurar, pelo que Portugal teria que fazer algo para ajudar. Já Mário Soares mudou a sua opinião sobre a questão de Timor quando soube que a própria igreja católica timorense apoiava a resistência timorense.

Para além da mudança de posição da Presidência da República portuguesa, o Parlamento português também começou a tomar uma posição sobre a questão, sobretudo a partir da constituição da Comissão Eventual do para Timor-Leste, em 1982. Foi a partir desse momento que o Parlamento português começou a tomar posição sobre o assunto e começou, por iniciativa própria, a fazer o trabalho de sensibilização de parlamentos de outros países sobre a questão timorense.

“Teve muito trabalho por trás de motivação, de sensibilização, de informação até pessoas assumirem as responsabilidades e pegarem no trabalho e fazerem eles próprios e bem feito” (Entrevista a representante da CDPM)

“Foram preciso oito meses de trabalho para eu ter a certeza que iria estar presente pelo menos um de cada partido e isso foi possível” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto).

A Sociedade Civil Portuguesa também conseguiu nesses primeiros anos pressionar o Governo português para que não abondasse a sua responsabilidade enquanto potência administrante de Timor e apresentasse uma queixa oficial contra a ocupação do território pela Indonésia no Conselho de Segurança da ONU (1982). Foi a partir desta queixa que o assunto de Timor passou a ser discutido todos os anos na ONU, o que resultou na produção de uma resolução cada vez que se discutia a questão sobre o direito de autodeterminação do povo timorense e da violação dos direitos humanos cometidos pela força ocupante no território.

Durante este período, a Sociedade Civil Portuguesa também teve um papel importante na suavização da imagem esquerdista da Fretilin, a força política timorense então dominante, perante os partidos políticos portugueses e a opinião pública portuguesa. De igual modo, conseguiu influenciar os dirigentes deste partido para que deixassem de exigir que o Estado português reconhecesse a Fretilin como única e legítima representante do povo timorense e da independência unilateral de Timor-Leste, declarada em 1975.

O massacre de Santa Cruz, em 1991, foi um acontecimento que teve, por si só, um grande impacto na mediatização e na internacionalização do problema de Timor no mundo, em geral, e mais especificamente em Portugal, já que foi a primeira vez que o mundo assistiu ao vivo, ou tomou conhecimento, da crueldade cometida pela força ocupante em Timor.

A partir desse massacre, a opinião pública portuguesa e mundial começaram a sensibilizar-se mais ou menos com a questão de Timor, o que, de certo modo, facilitou e deu mais credibilidade ao trabalho destas organizações para a causa de Timor. Ao mesmo tempo, este acontecimento também impulsionou outras pessoas e grupos na Sociedade Civil Portuguesa para se envolverem também no problema de Timor, designadamente no trabalho de sensibilização, de informação, de pressão, de angariação de fundos e de colaboração com outras organizações nacionais, ou de conexão com outros grupos de solidariedade internacional com Timor-Leste.

A *CDPM*, uma das organizações que se mobilizou para a causa de Timor desde o início, começou a ser reconhecida como uma parceira importante depois de vários anos de trabalho, de dedicação e de persistência, fazendo um trabalho que não tinha resultados imediatos e que era desconhecido pela maioria das pessoas. Ao ganhar o reconhecimento, o Estado português passou a financiar as atividades desenvolvidas por esta e, ao mesmo tempo, o Governo português também começou a dar mais facilidade para que houvesse contacto direto entre o grupo de solidariedade e a resistência timorense em Timor. Para além disso, a *CDPM* e o Governo português, mais especificamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, começaram a trabalhar juntos, discutindo e fazendo juntos planos para prosseguirem a luta pela defesa da causa da autodeterminação de Timor, de forma mais eficiente e eficaz.

“a partir de uma certa altura, começámos a ter uma boa colaboração com as autoridades portuguesas, o Ministério dos Negócios Estrangeiro, em particular, e a Presidência da República” (Entrevista a representante da CDPM)

“a certa altura conseguimos mobilizar aqui o governo português para utilizar a rádio nacional, rádio pública com um programa de ondas curtas para Timor” (Entrevista a representante da CDPM)

A relação da *CDPM* com os meios de comunicação social portuguesa também começou a melhorar à medida que ia avançando o processo da luta. Por um lado, os próprios jornalistas portugueses começaram a ficar mobilizados para a causa timorense e começaram a dar mais atenção ao assunto e, por outro lado, os próprios membros da *CDPM* começaram a ter espaço de opinião próprio nos jornais.

“eu fiz várias coisas para o Expresso (...) mas pronto, houve uma altura em que começaram a deixar-nos a publicar alguma coisa” (Entrevista a representante da CDPM)

A *CDPM* também começou a desenvolver as suas atividades fora de Portugal, o que resultou na existência de grupos de solidariedade cada vez mais sólidos na Europa e, posteriormente, em países da língua oficial portuguesa e do continente asiático, onde havia também grupos de solidariedade com Timor, até na própria Indonésia.

“esta solidariedade a nível internacional foi alastrando e CDPM procurou sempre estar atenta (...) porque nós tínhamos uma ligação mais direta com a potencia administrante que era Portugal” (Entrevista a representante da CDPM)

A organização das *Jornadas de Timor da Universidade do Porto*, realizadas, tanto em Portugal, como no estrangeiro, também conseguiu alcançar grandes impactos. Em Portugal, a realização destas Jornadas conseguiu ganhar cada vez mais influência na opinião pública portuguesa, tendo em consideração que a participação nestas jornadas provinha de vários setores da sociedade portuguesa e foi aumentando a cada edição. Para além de uma grande adesão em Portugal, conseguiu também ganhar mais visibilidade na sociedade portuguesa porque os meios de comunicação social portuguesa também começaram a acompanhar mais de perto estas atividades, o que permitiu que a opinião pública portuguesa começasse a estar mais informada e a sensibilizar-se para a causa de Timor.

“a partir do momento em que as Jornadas de Timor da Universidade do Porto começam a organizar-se, a opinião pública tem noção e começam a consciencializar-se de qual era o problema de Timor e o que é tinha efetivamente

acontecido” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

“Timor a partir daí, através das Jornadas, reuniu alguma dimensão pública nos media e, além disso, ganhou muito aliados na mediatização da causa” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

As *Jornadas de Timor da Universidade do Porto* começaram, desde logo, a ganhar o apoio incondicional da Reitoria da Universidade do Porto e da direção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e, mais tarde, também do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. Além disso, esta organização também granjeou credibilidade junto do Governo português, sobretudo o Ministério dos Negócios Estrangeiro, e de bancos, essenciais para o financiamento destas atividades.

No que se referem aos impactos alcançados no estrangeiro, estas Jornadas conseguiram, através das conferências que se realizaram fora de Portugal, reativar a solidariedade internacional para com Timor em países como Alemanha, Canadá, EUA e Austrália, etc. Em segundo lugar, essas atividades conseguiram minar a imagem do regime de Suharto e da Indonésia no mundo ocidental, numa altura em que estavam a tentar melhorar a sua reputação relacionada com o problema de Timor depois do acontecimento do massacre de Santa Cruz. E, em terceiro lugar, a organização destas Jornadas também conseguiu ganhar a confiança dos movimentos e personalidades indonésios que eram críticos do regime ditatorial de Suharto.

“estragou completamente a visita de Suharto a Alemanha. Essa visita que era para lançar a imagem General Suharto só serviu para dar cabo à imagem dele” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto)

“isso ajudou a desenvolver o movimento de solidariedade com Timor na própria Indonésia” (Entrevista a representante da CDPM)

Para além destes resultados alcançados, as *Jornadas de Timor da Universidade do Porto* também contribuíram para o entendimento entre as forças políticas timorenses, pelo menos entre os militantes da Fretilin e da UDT. Isto é, estas atividades permitiram aos timorenses que estavam na diáspora, independentemente das suas filiações partidárias, de tomar consciência de que estavam a passar por uma situação semelhante e a reconhecerem que tinham um inimigo comum, que era a Indonésia.

Os resultados das ações desenvolvidas por grupos que viriam a formar a *Associação 12 de Novembro* foram a congregação de apoios para ajudar jovens timorenses que chegaram a Portugal, tanto no apoio à sua integração na sociedade portuguesa, como na sua formação profissional. Porém, o maior resultado que este grupo conseguiu foi a organização da *Missão da Paz em Timor – Lusitano Expresso*. Foi esta missão que, pela primeira vez, influenciou a imprensa nacional a dar cobertura sobre a questão de Timor sem interrupção durante um determinado período e, ao mesmo tempo, foi a realização desta missão que a imprensa internacional, também pela primeira vez, deu um enfoque especial à questão de Timor.

“durante quase 4 meses continuaram todos os dias, todas as semanas, a falar de Timor” (Entrevista a representante da Associação 12 de Novembro)

“foi a primeira vez que o tema de Timor-Leste entrou na CNN ou que foi objeto de editoriais do Washington Post” (Entrevista a representante da Associação 12 de Novembro)

O objetivo concreto alcançado pela *Associação dos Estudantes da Universidade de Aveiro* era a angariação de fundos para apoiar os estudantes timorenses que estavam a estudar na Universidade de Timor-Leste (UNTIM). A Universidade de Aveiro também começou, a partir daí, a dedicar-se oficialmente à causa timorense, através da criação de uma Comissão para Timor na UA. Outras atividades desenvolvidas também contribuíram para a sensibilização e a compreensão da opinião pública, sobretudo na cidade de Aveiro.

“Não é possível dizer o impacto foi este. Uma coisa há de impacto (...) e seguramente que sensibilizaram outras pessoas, a população que não estava interessada nisso e nem sabia nada e nem queriam saber, ficaram a saber o que

era Timor” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro)

O clima de violência e de terror perpetrado pelas milícias pró-integracionistas e dos militares indonésios nos períodos anteriores, mas sobretudo posteriores, ao anúncio do resultado do referendo, motivou uma grande mobilização, inédita em Portugal. Esta foi uma mobilização singular porque, para além de maior, envolveu todos os setores da sociedade portuguesa, havendo também uma unanimidade entre todos os partidos portugueses, do Governo e da Presidência da República para a causa de Timor.

O impacto imediato daquela grande mobilização terá condicionado a decisão do Conselho de Segurança da ONU no envio para Timor de forças internacionais, lideradas pela Austrália, compelindo as forças da Indonésia a retirarem-se do território.

“Agora toda a gente a fazer isso é que realmente, com a exceção de alguns poucos, isso teve logo um impacto” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Universidade do Porto)

“quando houve aquela mobilização enorme aqui em Portugal que teve um impacto, penso até na resolução das Nações Unidas de mandar a Austrália para entrar como a INTERFET” (Entrevista a representante da CDPM)

A intervenção de organizações da resistência timorense, que tiveram intervenção em Portugal, sobretudo a partir dos anos 90, tal como a *Renetil* e a *Tane Timor*, permitiu que a sociedade portuguesa ficasse ainda mais atenta e alertada para o problema de Timor, ao mesmo tempo que consolidou a visibilidade da presença de grupos resistência timorense e da causa que defendiam.

As ações desenvolvidas pela *Renetil* em outros países europeus contribuíram, por sua vez, para uma maior consciencialização na opinião pública europeia sobre a questão de Timor. Por outro lado, as ações desta organização mais viradas para as comunidades timorenses em Portugal conseguiram ganhar a simpatia dos jovens timorenses para se juntar a eles na luta pela autodeterminação da sua pátria.

Quanto à *Tane Timor*, conseguiu unir as pessoas nas cidades do Norte, mais especificamente na cidade do Porto, para a ação de manifestação ou do cordão humano entre 1998 e 1999, ou seja, nos anos antes e depois da realização do referendo, quando o clima que se vivia era de grande tensão e terror, em que o mundo precisava de saber o que estava a passar em Timor.

A Sociedade Civil Portuguesa teve, portanto, também um papel importante na independência de Timor-Leste, sobretudo na sensibilização da opinião pública portuguesa e do mundo, bem como na pressão que fizeram junto de decisores em Portugal e de organizações internacionais, mais especificamente na ONU, que culminou na assinatura do acordo de 5 de maio de 1999, entre o Estado português e a Indonésia, sobre a realização do referendo em Timor como a solução da questão de Timor-Leste, e posteriormente na entrada das forças internacionais em Timor e da saída das forças indonésias em Timor-Leste.

4.9. As dificuldades no desenvolvimento das atividades pela causa de Timor-Leste

As principais dificuldades dos membros ou militantes das organizações da resistência timorense estavam relacionadas, em primeiro lugar, com o financiamento. A *Renetil*, por exemplo, sentia muito essa dificuldade, tendo em consideração que ajudava financeiramente a resistência armada em Timor e tinha dificuldades em satisfazer todos os pedidos que vinham de Timor, uma vez que a organização se financiava como as quotas dos seus militantes, os quais viviam, por sua vez, da ajuda do Estado português e de algumas associações e personalidades portuguesas.

Em segundo lugar, a dificuldade que a *Renetil* tinha em mobilizar o apoio das comunidades timorenses em Portugal, sobretudo as que tinham vindo antes da invasão da Indonésia ou as que nasceram ou cresceram em Portugal. A dificuldade estava, sobretudo, relacionada com o facto de as comunidades timorenses em Portugal viverem numa divisão bastante nítida devido às suas filiações partidárias e ambições pessoais.

“A comunidade timorense era dividida, muitas frações, muitos partidos e dentro de um só partido há muitas fações e cada um pega nos seus seguidores, organizam-se” (Entrevista a antigo representante da Renetil em Portugal).

Por fim, a *Renetil* também tinha dificuldades em alargar o seu espaço de intervenção para outros países europeus ou em garantir o apoio destes países para a questão de Timor, tendo em vista que esses países evocaram a razão de não pretenderem colocar em causa as relações bilaterais com Indonésia.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelas Organizações da Sociedade Civil portuguesa que se movimentaram para a causa de Timor-Leste, as entrevistas realizadas permitiram-nos caracterizar dois períodos, o período anterior ao massacre de Santa Cruz, e o período posterior a este acontecimento.

A principal dificuldade encontrada antes do massacre de Santa Cruz, sobretudo nos primeiros anos da invasão, era a passividade e a negação do Estado português no cumprimento das suas obrigações enquanto potência administrante. Ou seja, nesses primeiros anos, o Estado português deu a entender, embora não assumisse expressamente, que não havia nada a fazer para invalidar ou revogar a ocupação da Indonésia em Timor. Isto é, o Estado português pretendia que a ONU reconhecesse a ocupação da Indonésia em Timor e solucionasse o problema nessa direção.

Os fatores condicionaram o posicionamento do Estado português nestes primeiros anos tinham a ver com diferentes aspetos. Em primeiro lugar, havia a convicção de que a Indonésia era demasiado forte em todos os aspetos e que Timor era um país muito pequeno e frágil, pelo que qualquer tomada de posição do Estado português, que visasse favorecer ou defender a causa de Timor, estaria condenada à partida. Assim sendo, o que o Estado português fazia era tentar tornar legítima a presença da Indonésia no país, de preferência com o reconhecimento da própria ONU. Por outras palavras, o Estado português deixou de fazer o que lhe competia como potência administrante e limitou-se a entregar o problema para a ONU para que resolvesse a questão.

“Portugal (...) achava que a Indonésia era um país muito poderoso, Timor era um país muito pequeninho, e, portanto, se a Indonésia tinha invadido não havia nada a fazer, era impossível pensar numa alternativa” (Entrevista a representante da CDPM)

“Desde 1975 até 1981, não fizeram nada, não assumiram de facto, as responsabilidades da potência administrante” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto)

“o imobilismo era absoluto, ninguém fazia nada relativamente a questão de Timor. O governo não fazia nada, o Ministério dos Negócios Estrangeiro não fazia nada, a diplomacia não fazia nada, a comunidade internacional ignorava o assunto (...) Em lado nenhum se fazia o que fosse” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da UP)

Em segundo lugar, tinha a ver com o contexto pós-revolucionário que se vivia em Portugal, que foi turbulento, e isso fez com que o problema de Timor não fosse considerado como uma prioridade para o Governo português nessa altura. Além disso, uma reportagem sobre a descolonização mostrou que Timor estaria a viver num clima de paz e a Indonésia estaria a desenvolver o território e que os militares estavam a ajudar nesse desenvolvimento, ao mesmo tempo que atribuía a culpa da situação de Timor aos partidos de esquerda portugueses, daí que o Governo português de direita não sentisse a obrigação de interferir na questão de Timor. Foi durante este período que as Organizações da Sociedade Civil portuguesa se empenharam em fazer tudo para conseguir levar os representantes do Estado português a irem falar sobre Timor e a sua causa na ONU.

“Houve anos em que a solidariedade, nomeadamente a CDPM, se mobilizou, convenceu, encontrou meios logísticos para levar deputados portugueses ao Comité das Descolonizações das Nações Unidas para falarem sobre Timor” (Entrevista a representante da CDMP).

Em terceiro lugar, porque Portugal não queria colocar em causa relações com países aliados, como os EUA, o Reino Unido, a Alemanha ou a Espanha, os quais queriam que a ocupação da Indonésia em Timor fosse considerada como algo consumado. O próprio Vaticano era, de alguma forma, favorável à integração de Timor, na medida em que não queria também estragar a sua relação com a Indonésia, já que este país, apesar de ser o maior país muçulmano do mundo, permitia que a Igreja Católica tivesse uma certa influência política no país.

“durante bastantes anos, mais de 10 anos, era difficilimo, ninguém quer saber de Timor e os governos também não porque os interesses económicos estavam no

outro lado” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto).

Embora nesses anos o Governo desse a indicação de que seria preferível que a resistência timorense aceitasse a integração de Timor na Indonésia, a única coisa que o Governo português acabou por fazer foi pedir a convocação de uma reunião do Conselho de Segurança e apresentou queixa contra a ocupação da Indonésia em Timor. Para além do posicionamento deliberado do Estado português nestes primeiros anos, a Sociedade Civil portuguesa também não estava a mobilizar-se pela causa de Timor, havendo apenas um número reduzido de grupos que procuravam desenvolver algumas atividades para manter viva a questão de Timor na sociedade portuguesa e que, como tal, estavam, de certo modo, por sua própria conta. Isto é, estes grupos, para além de não terem apoio do Estado português, não tinham também apoio dos meios de comunicação portuguesa e internacional, e nem do apoio do povo português.

Tendo esta realidade em consideração, o trabalho de divulgação e da defesa da causa de Timor na sociedade portuguesa foi muito difícil nestes primeiros anos. Em primeiro lugar, porque a maioria das pessoas não conhecia o que se estava a passar em Timor, e aquelas que tinham algum conhecimento estavam desmotivadas e convictas de que seria impossível fazer qualquer coisa para reverter a dominação da Indonésia em Timor, face ao posicionamento do Estado português e de outros Estados ocidentais.

Em segundo lugar, porque os meios de comunicação social em Portugal não estavam interessados em denunciar o que se estava a passar em Timor, nem em noticiar as ações que os grupos de solidariedade por Timor estavam a promover, nem mesmo em acompanhar e publicar os trabalhos feitos ao nível internacional, como no Parlamento Europeu, sobre a questão de Timor. Importa salientar que o panorama dos meios de comunicação social portuguesa estaria numa fase em que não havia televisões privadas e em que a televisão pública era, de certa forma, dominada pelo poder político.

“A imprensa não falava nunca, portanto, era zero. Não havia notícias de parte nenhuma sobre o que se passava em Timor, muito raramente” (Entrevista a representante da CDPM)

“o facto é que Timor não era só um assunto adormecido, era um assunto censurado. Quase que havia uma censura e havia um silêncio ensurdecedor na sociedade portuguesa relativamente a questão de Timor” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto).

Portanto, as maiores dificuldades enfrentados pelos grupos que se mobilizaram desde o início na questão de Timor sobretudo nos primeiros anos da invasão eram:

a) despertar a atenção das pessoas sobre o problema de Timor, de forma que a CDPM, por exemplo, chegou a contactar os jornalistas de jornais de referências para poder publicar alguma coisa sobre Timor e tentou também pedir ajuda de um publicitário para poder conseguir chamar a atenção das pessoas. Perante este facto, era muito difícil sensibilizar e informar as pessoas sobre a causa de Timor quando estas pessoas já tinham, de certa maneira, uma ideia feita e em que os meios de comunicação social também não tinham vontade de abordar sobre a questão de Timor. A maioria das pessoas não sentiam ainda nessa altura um afeto ou algo que os identificavam aos timorenses, pelo que era muito difícil, por exemplo, realizar ação de manifestação nesses primeiros anos da invasão.

“a sensibilidade do público em 1982 ou 1983 para a questão de Timor era zero” (Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto).

“a dificuldade maior eu diria que era fazer esse trabalho de fundo, de informar, de sensibilizar, sem ter resultados muito visíveis, glamorosos” (Entrevista a representante da CDPM)

b) manter o espírito de solidariedade com a causa timorense. Esta era também uma das grandes dificuldades para estes grupos porque trabalhavam para um objetivo de longo prazo, o que implicava que durante esse longo processo, fizessem um trabalho em que não viam os resultados reconhecidos pelo público. E, ao mesmo tempo, havia também outros fatores como a distância de Timor e Portugal, o que impossibilitava que estes grupos fossem a Timor para acompanhar de perto a situação no território e dificultou também a resistência em Timor de acompanhar o que se passava cá fora e de dar notícias ou informar o ponto da situação no país.

“eu acho que há uma dificuldade de fundo que é muito difícil manter um sentimento de solidariedade vivo durante 20 anos” (Entrevista a representante da CDPM)

“acho que estas foram as principais dificuldades, conseguir acompanhar o processo, conseguir ter as informações. Isso era uma grande dificuldade porque os portugueses não podiam ir a Timor” (Entrevista a representante da CDPM)

c) a falta de apoio política e moral. Era uma das grandes dificuldades, mas era, ao mesmo tempo, difícil de entender porque estes grupos sentiam que estavam a defender uma causa justa e que politicamente fazia sentido um território, que estava a ser invadido por uma potência colonizadora, lutasse pela sua autodeterminação. Contudo, tanto o Governo português, como algumas empresas portuguesas que tinham negócios com a Indonésia, não partilhavam desta posição nos primeiros anos da invasão. Para além destes condicionamentos, alguns destes grupos eram acusados de colaborem no sofrimento do povo timorense porque estavam a dar falsa esperança ao povo timorense, porque acreditava-se que a resistência timorense estava condenada à partida e que era impossível ganhar a sua autodeterminação. Havia também familiares ou amigos que desautorizavam ou tinham relutância em ver os seus filhos e amigos a envolver-se exclusivamente na causa timorense porque era o sinónimo da perda de tempo.

“ninguém acreditava que Timor algum dia viesse a ser independente e, portanto, as pessoas achavam que era uma coisa perdida” (Entrevista a coordenador da Associação 12 de Novembro)

“ainda haver alguns professores que nos diziam para ter juízo, que nós estávamos cá para estudar e não para organizar manifestações” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro).

d) a falta de financiamento. Esta era uma das grandes dificuldades de quase todas as organizações que promoveram atividades de grandes dimensões, tal como organização de ações fora do país ou ações realizadas em Portugal mas que envolveram muitas pessoas, para custear a logística ou para apoiar financeiramente a resistência. Porém, havia situação em que quando se tinha dinheiro, o objetivo principal da atividade poderia ser desviado.

“as dificuldades financeiras muitas e depois essas manobras quando há dinheiro é horrível, aparecem muitas pessoas muito solidária, muito isto, muito aquilo em que a única preocupação é chegar ao dinheiro, enfim, isso é assim em todos os lados”
(Entrevista com representante da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto)

e) a percepção de que *Fretilin* era comunista. Esta representava também um fator que dificultou o apoio e promovia a relutância das pessoas em apoiar a causa de Timor em Portugal. O Estado português e a Sociedade Civil portuguesa não queriam defender e apoiar uma causa que, em caso de sucesso, daria origem a um país com um partido único e numa altura em que esta força política timorense pretendia apropriar-se da resistência timorense, assumindo-se como única e legítima representante do povo timorense.

“havia forças em Portugal que até acharam bem que a Indonésia tivesse tomado conta daquilo tudo, senão eram os comunistas que tinham conta de Timor”
(Entrevista a representante da CDPM)

Depois do massacre de Santa Cruz seguiram-se uma série de acontecimentos em Timor que permitiram, de certa maneira, as pessoas ficarem melhor informadas sobre a questão de Timor, uma vez que já havia mais interesse por parte dos meios de comunicação social para com o problema de Timor, ao mesmo tempo que o Estado português mudou a sua posição em relação a este assunto. Porém, esta mudança de posição não era motiva convicção política, mas mais pela emoção e sentimento de compaixão.

4.10. Principais características distintivas na mobilização da Sociedade Civil Portuguesa para a causa Timorense

As entrevistas realizadas para esta investigação permitiram-nos identificar as principais motivações que impulsionaram algumas Organizações da Sociedade Civil Portuguesa a envolverem-se tanto na causa timorense, o que representou um caso paradigmático,

porque, para além de se dever a uma causa política, era uma mobilização do povo português para uma causa do povo de outro país.

Importa sublinhar que desde a mobilização tão generalizada para a questão de Timor, a Sociedade Civil Portuguesa tem enfrentado dificuldades em sensibilizar as pessoas e o próprio Estado português para defender e mobilizar-se para causas semelhantes à de Timor, como é o caso do Sahara Ocidental.

“o CIDAC apoia pessoas que trabalham no apoio a causa do Sahara Ocidental e não se consegue em Portugal mobilização, muito complicado. Ao nível da política, o governo português comporta-se de forma completamente diferente em relação ao Sahara, que é um caso exatamente igual ao de Timor do ponto de vista do direito internacional. Mas o governo finge que não vê, fecha aos olhos, disfarça, assobia para o lado, faz tudo menos assumir as responsabilidades” (Entrevista a representante da CDPM)

Assim sendo, procuraremos agora definir algumas dessas principais motivações que motivaram a mobilização de toda a sociedade portuguesa em um período específico para a causa timorense. As análises das entrevistas realizadas permitiram-nos concluir alguns pontos consensuais quanto às principais motivações da Sociedade Civil Portuguesa para a causa timorense, designadamente na afinidade pela história comum, pela língua, pela religião e por ser um povo indefeso e em pequeno número que estava a lutar contra um país poderoso e ao mesmo tinha o apoio dos países da potência do mundo.

- a. *Timor ser uma antiga colónia portuguesa.* O facto de Timor ser uma das antigas colónias portuguesas que não se tornou independente durante o processo de descolonização e o facto Portugal ter facilitado a entrada da Indonésia em Timor fez com que o problema de Timor fosse especial e se distinguisse de outras causas que as Organizações da Sociedade Civil estariam a defender.

“era uma responsabilidade, era um caso em que achávamos que a nossa responsabilidade enquanto portugueses era maior do que em relação a Palestina, Eritreia ou Sahara Ocidental” (Entrevista a representante da CDPM)

“não era aceitável com um território com uma história comum com Portugal, com uma tradição cultural, religiosa, étnica muito ligados (...) com o povo

português que, de repente, passasse a ser um território indonésio” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

- b. *A resistência dos timorenses.* Muito embora o povo timorense estivesse em desvantagem, tanto em termos da dimensão do povo, como em meios de armamentos e logísticos ou de apoios dos países estrangeiros, não desistiu de lutar contra um país invasor, que era poderoso em todos aspetos, e isso fez com que a Sociedade Civil Portuguesa sentisse a necessidade de ajudar, de fazer alguma coisa por esse povo.

“nós sentíamos que era uma causa que nós tínhamos que dar a voz ou tentar dar a voz a um povo. (...) era um povo indefeso, pequeno, a lutar contra um gigante” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Universidade do Porto)

“enquanto os timorenses lutarem contra a ocupação indonésia, nós estamos ao lado dos timorenses. No dia em que os timorenses disserem «nós aceitamos a soberania indonésia, não queremos lutar mais pela nossa independência», nós também não vamos contra esse desejo” (Entrevista a representante da CDPM)

- c. *Partilha de identidade na língua e na religião.* A visita do Papa João II a Timor, em 1989, e a controvérsia sobre se o Papa iria, ou não, beijar o chão quando chegasse a Timor colocou o tema de Timor no mundo, por ser um povo católico num país maioritariamente muçulmano. Contudo, foi o massacre de Santa Cruz, de 12 de novembro de 1991, que contribuiu decisivamente para este conhecimento, uma vez que, enquanto os militares indonésios disparavam contra a multidão, as pessoas começaram a rezar em português.

“isso teve um grande impacto porque a mesma língua, a mesma religião, a mesma história comum de alguém que está a ser massacrado e com quem se quer solidário” (Entrevista a representante da Associação 12 de Novembro)

“Acho que houve uma outra motivação foi a ligação de Timor à Igreja católica. O povo português também é bastante católico e, a partir de certa altura, a Igreja católica aqui em Portugal também começou a estar mais mobilizada e o facto de haver um povo indefeso, vítima de uma grande opressão, que era católico também teve impacto” (Entrevista a representante da CDPM)

“o facto das imagens do massacre de Santa Cruz, terem pessoas a falar português, isso teve um impacto muito grande. Foi um acordar para as pessoas de perceberem que há uma ligação entre nós e estas pessoas” (Entrevista a representante da CDPM)

- d. *O que Timor afirmava querer ser.* Este era também um ponto fundamental para a Sociedade Civil Portuguesa porque se percebeu, através da evolução da luta em Timor e das correspondências que mantiveram com os dirigentes timorenses na diáspora, que Timor queria utilizar a língua portuguesa como língua oficial e fazer parte da CPLP quando se tornasse independente. Para além disso, estes líderes também deram a entender que Timor seria um país onde existiria liberdade de culto, ainda que o povo fosse predominantemente católico, onde se respeitaria a diferença e onde, ao mesmo tempo, se pretendia construir uma relação de paz com os seus países vizinhos.

“a partir desse momento, muitas pessoas começaram a perceber, a achar, agora sim, (...) « o que eles querem é um país multipartidário, livre com sistema democrático, multirreligioso, tolerante, que quer construir a paz, quer fazer a paz com os vizinhos, que quer falar a língua portuguesa que é maioritariamente católico»” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro)

- e. *Existe uma certa facilidade de identificação entre os dois países.* Para algumas pessoas, esta facilidade de identificação não tem tanto a ver pelo facto de os timorenses falarem também a língua portuguesa ou de serem católicos, mas por partilharem um modo de sentir e conseguirem entender-se com bastante facilidade.

“Acho que há uma certa facilidade de comunicação, de identificação entre os dois povos que não consigo explicar. Como alguns poetas que disseram que há essa magia” (Entrevista a ex-representante da Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro)

- f. *Um certo imaginário português sobre Timor.* Algumas pessoas que se mobilizaram para a causa de Timor tinham, no seu imaginário, a ideia de que Timor representava a parte mais oriental de Portugal. Foi esse imaginário que levou também as pessoas a mobilizar-se para a causa de Timor para poderem construir um espaço comum, a CPLP, que visava a utilização de uma língua comum, a língua portuguesa.

“se há alguma coisa que une ou que fecha que dá sentido esta ideia do encontro de civilizações começado por navegações dos portugueses é Timor, digamos o ponto chave do início do sentido de existir estas coisas e ao mesmo tempo do fim destas coisas” (Entrevista a ex-representante da Associação dos Estudantes da Universidade de Aveiro)

“eu acho que os portugueses têm todos na sua alma essa ideia de viajar e essa ideia de viagem digamos começa aqui e onde ela termina, ela deu volta mas onde é que ela termina no imaginário, ela chega a Timor, o ponto de chegada é Timor. O ponto de chegada não é Angola, Moçambique, Índia, Macau, o ponto de chegada é Timor” (Entrevista a ex-representante da Associação dos Estudantes da Universidade de Aveiro)

Apesar da grande mobilização que ocorreu em 1999, ao longo desta investigação, procuramos mostrar que nem sempre existiu esta grande mobilização da Sociedade Civil Portuguesa para a causa de Timor. No início havia apenas um número reduzido de pequenos grupos, que sempre acreditaram desde o início até ao fim. E, mesmo a mobilização de 1999 era motivada mais pelo sentimento de pena e movida pela emoção, o que fez com que o assunto de Timor desaparecesse de Portugal na atualidade.

“verdadeiramente, a Sociedade Civil Portuguesa só alguns e muito pouca gente da Sociedade Civil estiveram mobilizados desde o início.” (Entrevista a ex-representante da Associação dos Estudantes da Universidade do Porto)

5. Notas Conclusivas

Muito embora a mobilização da Sociedade Civil Portuguesa seja fraca para as questões humanitárias, o caso de Timor foi uma exceção, já que se constatou uma grande mobilização, sobretudo na fase final da resistência timorense, entre o ano de 1998 e 1999.

Assim sendo, nesta investigação mostrámos que o envolvimento da Sociedade Civil Portuguesa para a causa de Timor se registou desde o início da invasão de Timor pela Indonésia, em 1975, embora fosse apenas com um número muito reduzido de pequenas organizações. Quanto à tipologia destas organizações, inferimos que eram organizações de pequenas dimensões, formalmente legalizadas e a maioria destes grupos existiam para dar continuidade ao trabalho para a causa de Timor de forma mais exclusiva.

Relativamente aos atores desta mobilização, identificámos que a maioria dos grupos era dinamizada por portugueses. Porém, os timorenses que chegaram a Portugal continuaram a sua luta em Portugal.

A nossa conclusão quanto à forma como a Sociedade Civil Portuguesa tomou o conhecimento do problema de Timor aponta para várias causas. Em primeiro lugar, as pessoas que tinham consciência política sabiam que Timor era uma das ex-colónias portuguesa e que estava ocupado por outra potência colonizadora. Em segundo lugar, porque havia pessoas que testemunharam diretamente o se passava em Timor e também tinham contacto com pessoas que tinham estado em Timor ou com os timorenses que se encontravam em Portugal. Em terceiro lugar, porque recebiam relatos de Timor, sobretudo da igreja católica timorense. Por último, o conhecimento da realidade do problema de Timor consolidou-se através de acontecimentos mediáticos e de contactos direto com os dirigentes da resistência em Timor.

No que se referem às causas do envolvimento destas organizações, classificamos na nossa investigação quatro tipos de grupos: a) organizações que eram dinamizadas por pessoas que tinham estado em Timor por razões profissionais ou familiares, ou em serviço militar; b) organizações que se envolveram por convicção política; c) pessoas que se indignaram pela violação dos direitos humanos cometida pela força ocupante e pela identificação com o povo timorense; d) as organizações da resistência timorense que aproveitaram o facto de estar na diáspora para promover e sensibilizar a opinião pública mundial sobre a luta de libertação e de independência do seu povo.

No que concerne às atividades desenvolvidas, mostrámos que as ações eram coletivas e, em alguns casos, resultado da articulação entre os vários grupos, tanto na organização como na realização de atividades como manifestações, conferências, cordões humanos ou angariações de fundos para Timor. Para além destas atividades, estas organizações também fizeram o trabalho de aproximação e de pressão junto de decisores, tanto em Portugal, como no estrangeiro.

Relativamente aos recursos envolvidos por estas organizações, mostrámos sobretudo que o financiamento das atividades realizadas era assegurado, em primeiro lugar, pelos próprios membros ou militantes e, em segundo lugar, por apoios concedidos pelo Estado português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e por bancos e empresas portuguesas ou por algumas personalidades portuguesas.

Os objetivos das ações desenvolvidas eram, por um lado, alertar e sensibilizar a opinião pública portuguesa e mundial sobre a questão de Timor e, por outro lado, fazer pressão junto do Estado português para que assumisse a sua obrigação como potência administrante e junto da comunidade internacional para que procurasse uma solução para o problema de Timor.

Mostramos nesta investigação que o envolvimento das Organizações da Sociedade Portuguesa contou com as parcerias e colaboração de vários setores da sociedade portuguesa, desde vários órgãos da soberania portuguesa, empresas, autarquias, universidades e académicos, personalidades políticas e civis, entre outros. Estas organizações também colaboraram com movimentos de solidariedade internacional com Timor em vários países, incluindo a Indonésia.

Nesta investigação inferimos que as dificuldades encontradas pelas Organizações da Sociedade Civil Portuguesa distinguem-se em dois períodos – o antes e o depois do massacre de Santa Cruz em 1991. Nos primeiros anos da invasão, tanto o Estado português, como muitos países ocidentais aliados, preferiam que a integração de Timor na República da Indonésia fosse dada como irrevogável, o que se devia, sobretudo, a não quererem prejudicar a relação com a Indonésia. Para além disso, registou-se, neste período, a falta de interesse dos meios de comunicação social portuguesa e do mundo para acompanhar e denunciar o problema de Timor, o que fez com que o problema continuasse a ser desconhecido pela opinião pública e levou a que esta não se mobilizasse.

Após o massacre de Santa Cruz, a questão de Timor tornou-se conhecida e começou a registar alguma sensibilização da opinião pública. Contudo, esta sensibilização era sobretudo motivada pelo sentimento de emoção e de pena, o que fez com que fosse difícil garantir que o sentimento de solidariedade perdurasse durante vários anos. De frisar também que a dificuldade de financiamento era notória, sobretudo para a realizações de ações de grandes dimensões. Salientamos na investigação de que a perceção da opinião pública sobre o posicionamento ideológico da resistência timorense, designadamente da Fretilin, a maior força política timorense de então, também dificultou o trabalho destas organizações.

Relativamente aos impactos alcançados, realçamos que a Sociedade Civil Portuguesa se destacou, nos primeiros anos da invasão, ao nível da defesa e promoção da causa de Timor, para que o assunto não caísse no esquecimento ou que ficasse decidido contra a vontade do povo timorense, já que estávamos perante uma realidade expressamente marcada pelo imobilismo e pela indiferença. A Sociedade Civil Portuguesa conseguiu, portanto, fazer com que, durante este período, Portugal não abdicasse da sua responsabilidade como potência administrante e que fosse possível o Parlamento português tomar uma posição conjunta sobre a questão de Timor. A Sociedade Civil Portuguesa também desempenhou um papel muito importante na sensibilização e na credibilização da questão de Timor perante a opinião pública portuguesa e conseguiu criar condições para que fosse possível uma grande mobilização para a causa quando fosse necessário, o que acabou por se constatar em 1999.

No que se referem aos impactos conseguidos no palco internacional, as ações desenvolvidas fora de Portugal permitiram descredibilizar a tentativa do regime indonésio em legitimar a sua presença em Timor e de passar uma imagem perante ao mundo de que era um país que respeitava os direitos humanos. Para além desse efeito, as ações da Sociedade Civil Portuguesa também condicionaram a decisão do Conselho de Segurança da ONU em enviar forças internacionais para Timor, o que permitiu o fim da violência e a saída da Indonésia em Timor.

Nesta investigação, concluímos que a mobilização da Sociedade Civil Portuguesa para a causa de Timor nunca foi sempre explícita e havia apenas pequenos grupos perseverantes e que a grande mobilização que ocorreu em 1999 é o resultado e o reconhecimento do trabalho estes grupos tinham feito durante anos.

Mostramos neste trabalho que as principais motivações da Sociedade Civil Portuguesa para processo de libertação e independência de Timor-Leste eram, para além dos aspetos mais consensuais, como o facto de Timor ser antiga colónia portuguesa e partilharem a mesma identidade na língua e na religião, também a determinação do povo timorense em libertar a sua pátria. O sentimento de aproximação com o povo timorense e a perspetiva do que o povo timorense afirmava querer ser como país após a independência também influenciaram as pessoas e os Estados a mobilizar-se em torno da questão de Timor.

Consideramos que este trabalho abre um espaço para futura investigação nesta temática que inclui a análise do envolvimento dos partidos políticos e dos diplomatas portugueses na causa de Timor. Seria também pertinente aprofundar as perceções sobre o que a resistência timorense esperava da Sociedade Civil Portuguesa e qual a importância do desenvolvimento das ações da Sociedade Civil Portuguesa para a estratégia da resistência timorense. Seria importante também fazer um balanço a partir da perceção da Sociedade Civil Portuguesa sobre a evolução política e social timorense.

Bibliografia

- Aureliano, S. (2004). O Papel Dos Media Na Mobilização Da Sociedade Civil Para a Ajuda Humanitária. *Working paper da Biblioteca Online de Ciências da Comunicação do LabCom*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/aureliano-sofia-papel-dos-media-ajuda-humanitaria.pdf>.
- Bardedo de Magalhães, A. (2007^a). *Timor-Leste: Interesses internacionais e actores locais. Volume I – Da invasão australo-holandesa à decisão australo-indonésia de anexar 1941 – 1974*. Porto: Edições Afrontamento.
- Bardedo de Magalhães, António. 2007b. *Timor-Leste: Interesses internacionais e actores locais. Volume II – Da invasão australo-holandesa à decisão australo-indonésia de anexar 1974 – 1999*. Porto: Edições Afrontamento.
- Bardedo de Magalhães, António. 2007c. *Timor-Leste: Interesses internacionais e actores locais. Volume III – Da invasão australo-holandesa à decisão australo-indonésia de anexar 1999 – 2007*. Porto: Edições Afrontamento.
- Bardedo de Magalhães, A. (1992). *Timor-Leste: Terra de Esperança. II Jornada de Timor da Universidade do Porto (28 de Abril a 1 de Maio de 1990)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.
- Beer, C. T., Bartley, T. & Roberts, W. (2012). NGOs: Between Advocacy, Service provision and Regulation. in D. Levi-Faur (Ed.), *The Oxford Handbook of Governance*. New York: Oxford University Press.
- Braithwaite, J., Charlesworth, H. & Soares, A. (2012). *Networked Governance of Freedom and Tyranny: Peace in Timor-Leste*. Canberra: Australia National University E Press,
- Cardoso, G. & Neto, P. P. (2004). Mass Media driven mobilization and protest: ICTs and the pro-East Timor movement in Portugal. In W. Van de Donk, D. Rucht, B. Loader e P. Nixon, *Cyberprotest: New Media, Citizens and Social Movements*. London: Routledge
- Centeno, R. M. S. & Novais, R. A. (2006). *Timor – Leste: da Nação ao Estado*. Porto: Edições Afrontamento.
- Coelho, S. L. (2008). Participação social e associativismo em Portugal: b reveas apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio

- Justo. Paper apresentado na conferência “O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza”, organizado pelo Fórum Associativismo, Santa Maria da Feira, 31 de Maio de 2008. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54835>.
- Cotton, J. (2001). “Against the Grain: The East Timor Intervention.” *Survival* 43(1): 127–42.
- della Porta, D. & Diani, M. (2006). *Social Movements: An Introduction (second edition)*. Malden: Blackwell Publishing.
- della Porta, D. & Diani, M. (2011). Social Movements in M. Edwards (Ed.), *The Oxford Handbook of Civil Society* (pp. 68-77). New York: Oxford University Press.
- Edwards, M. (2011). Introduction In M. Edwards (Ed.), *The Oxford Handbook of Civil Society*. New York: Oxford University Press.
- Fernandes, T. (2014). *A Sociedade Civil*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Freire, M. & Lopes, P. D. (2014). “Consolidação Da Paz Numa Perspetiva Crítica : O Caso de Timor-Leste.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 104: 5-20.
- Franco, R. C., Sokolowski S. Wojciech, Hairel, E. M H & Salamon, L. M. (2005). *O Sector Não Lucrativo Português numa Perspetiva Comparada*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa e Johns Hopkins University.
- Gomes, J. (2010). “A Internacionalização da Questão de Timor-Leste.” *Relações Internacionais*, n.25: 67–89.
- Jenkins, C. J. (2011). Nonprofit Organizations and Political Advocacy in M. Edwards (Ed.) *The Oxford Handbook of Civil Society* (pp. 307-332). New York: Oxford University Press.
- Lima, M. P. de & Nunes, N. (2004). “Movimentos Sociais Em Timor.” Paper apresentado na conferência “A questão social no novo milénio”. Coimbra, 16-18 setembro de 2004. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4588953>
- Marques, R. (2005). *Timor-Leste: O Agendamento Mediático*. Porto: Porto Editora.
- Mendes, J. M. & Seixas, A. M. (2005). “Acção Colectiva E Protesto Em Portugal: Os Movimentos Sociais Ao Espelho Dos Media (1992-2002).” *Revista crítica de ciências Sociais*, vo. 72, 99-127.

- Pureza, J. M. (2001). "Quem Salvou Timor-Leste? Novas Referências para o Internacionalismo Solidário." *E-paper do Centro de Estudos Sociais*: 1–33. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/164.pdf>.
- Taylor, J. G. (1999). *East Timor: The Price of Freedom*. USA: Zed Books..
- Quintão, C. (2011). O Terceiro Sector E a Sua Renovação Em Portugal. Uma Abordagem Preliminar. *Instituto de Sociologia Working Papers*. Disponível em http://isociologia.pt/App Files/Documents/is-wp-ns-002_110411025242.pdf
- Quivy, R. & Campenhoudt, V. L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos-Horta, J. R. (1994). *Timor-Leste: Amanhã em Díli*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ribeiro, R. & Costa, A. J. (2014). "Timor Em Portugal – Heterotopia de Um Sexto Império." In M. Martins, R. Cabecinhas, L. Macedo e I. Macedo (Eds.), *Interfaces da Lusofonia* (pp. 8–20). Braga: Universidade do Minho
- Salamon, L. M., Sokolowsky, S. W., Haddock, M. & Tice, H. (2012). Portugal's Nonprofit Sector in Comparative Context. Lisboa: John Hopkins Centre for Civil Society Studies e Instituto Nacional de Estatística.
- Schmidt, C. (2004). The Analysis of Semi-Structured Interviews. In U. Flick, *A Companion to Qualitative Research* (pp. 253-258). Londres: Sage .
- Teotónio, L. (2004). A Autodeterminação e a Comunidade Internacional. *Audição Pública da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste. Díli, 15 de março de 2004*. Disponível em <https://www.cidac.pt/files/6914/3277/6049/cavr3.pdf>
- Webster, D. (2003). Non-State Diplomacy: east Timor 1975-99. *Portuguese Studies Review*, 11(1): 1-28

Páginas Web

<http://www.tapol.org/our-work/timor-leste>.

Anexos

As entrevistas não se encontram anexas a esta dissertação a pedido de alguns dos entrevistados, tendo sido, contudo, enviadas aos membros do júri da prova pública.